



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ**  
**FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO, ATUÁRIA E CONTABILIDADE**  
**CENTRO DE APERFEIÇOAMENTO DE ECONOMISTAS DO NORDESTE – CAEN**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA**  
**MESTRADO ACADÊMICO EM ECONOMIA**

**RHEMANUÉRICK SILVA QUEIRÓS**

**CAPITAL SOCIAL NA AMÉRICA LATINA: OS DETERMINANTES DA  
CONFIANÇA NAS INSTITUIÇÕES E COOPERAÇÃO ENTRE OS AGENTES**

**FORTALEZA**

**2018**

RHEMANUÉRICK SILVA QUEIRÓS

CAPITAL SOCIAL NA AMÉRICA LATINA: OS DETERMINANTES DA CONFIANÇA NAS  
INSTITUIÇÕES E COOPERAÇÃO ENTRE OS AGENTES

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Acadêmico em Economia do Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de mestre em Economia. Área de Concentração: Teoria Econômica

Orientador: Prof. Dr. Jair do Amaral Filho

FORTALEZA

2018

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação  
Universidade Federal do Ceará  
Biblioteca Universitária

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

---

Q41c Queirós, Rhemanuérick Silva.  
Capital Social na América Latina : os determinantes da confiança nas instituições e cooperação entre os agentes / Rhemanuérick Silva Queirós. – 2018.  
66 f. : il. color.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Economia, Administração, Atuária e Contabilidade, Programa de Pós-Graduação em Economia, Fortaleza, 2018.  
Orientação: Prof. Dr. Jair do Amaral Filho.

1. Confiança. 2. Cooperação. 3. Instituições. 4. Capital Social. I. Título.

CDD 330

---

RHEMANUÉRICK SILVA QUEIRÓS

CAPITAL SOCIAL NA AMÉRICA LATINA: OS DETERMINANTES DA CONFIANÇA NAS  
INSTITUIÇÕES E COOPERAÇÃO ENTRE OS AGENTES

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Acadêmico em Economia do Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de mestre em Economia. Área de Concentração: Teoria Econômica

Aprovada em: 20 de Agosto de 2018

BANCA EXAMINADORA

---

Prof. Dr. Jair do Amaral Filho (Orientador)  
Universidade Federal do Ceará (UFC)

---

Prof. Dr. Marcelo de Castro Callado  
Universidade Federal do Ceará (UFC)

---

Prof. Dr. Francisco José Silva Tabosa  
Universidade Federal do Ceará (UFC)

À minha família, por sempre apoiar as minhas escolhas e sempre estando presente em momentos de alegrias e tristezas. Mãe, pai e irmã, obrigado por estarem ao meu lado.

## AGRADECIMENTOS

Ao Prof. Dr. Jair do Amaral Filho por toda a orientação, paciência e ajuda em minha dissertação de mestrado.

Aos meus companheiros de vida acadêmica.

Aos membros da banca, por aceitarem fazer parte desse processo de construção.

Aos meus pais e irmã, por sempre confiarem em minha capacidade e sempre deixaram claro que o futuro de qualquer indivíduo vem, antes de mais nada, pela educação.

A todos os meus amigos e colegas da vida, por me apoiarem sempre que precisei e por compreenderem em todos os momentos.

Agradeço a todos os professores que compartilharam o conhecimento obtido pelos mesmos para o crescimento de novos profissionais. Por me proporcionarem o conhecimento não apenas racional, mas a manifestação do caráter e afetividade da educação no processo de formação profissional, por tanto que se dedicaram a mim, não somente por terem me ensinado, mas por terem me feito aprender.

Ao Doutorando em Engenharia Elétrica, Ednardo Moreira Rodrigues, e seu assistente, Alan Batista de Oliveira, aluno de graduação em Engenharia Elétrica, pela adequação do *template* utilizado neste trabalho para que o mesmo ficasse de acordo com as normas da biblioteca da Universidade Federal do Ceará (UFC).

“Doveryai, no proveryai”(Confie, mas verifique)  
(Provérbio russo)

## RESUMO

Utilizando dados do LatinoBarômetro e tendo como referência sete países da América Latina, foi-se utilizada uma metodologia de estimação (*logit* ordenado) para encontrar os possíveis determinantes da cooperação entre os agentes, bem como da confiança dos mesmos em suas instituições (Poder Judiciário e Congresso Nacional). Como resultado, pode-se notar que não existe um padrão nas categorias que confiam ou não nas instituições. Mas é seguro dizer que algumas categorias da população podem não se sentir representados em seus países, gerando um clima de insatisfação e desconfiança naqueles que estão elaborando e julgando leis em seus países, enquanto que outras categorias, caso estejam em um ambiente favorável a elas, são mais propensas a confiar naqueles que estão no elaborando e julgando as normas de seus países. Acerca da cooperação entre os agentes, um ponto significativo é que pessoas com nível de escolaridade mais elevado são mais propensas a cooperar em prol da comunidade e pessoas que se categorizam pertencentes a religiões mais hierarquizadas são as que têm uma maior propensão a não cooperar em atos que beneficiem toda a comunidade.

**Palavras-chave:** Confiança. Cooperação. Instituições. Capital Social.



## **ABSTRACT**

Using data from the LatinoBarómetro and using seven Latin American countries as reference, an estimation methodology (ordered logit) was used to find the possible determinants of cooperation among economic agents, as well as their confidence in their institutions (Judiciary and National Congress). As a result, it may be noted that there is no pattern in the categories that trust institutions or not. But it is safe to say that some categories of the population may not feel represented in their countries, generating a climate of dissatisfaction and distrust in those who are elaborating and judging laws in their countries, while other categories, if they are in a favorable environment to them, are more prone to trust in those who are in the process of elaborating and judging the norms of their countries. Concerning cooperation among agents, a significant point is that people with a higher level of schooling are more likely to cooperate for the community and people who categorize themselves into more hierarchical religions are those who are more likely not to cooperate in acts toward to benefit the entire community.

**Keywords:** Trust. Cooperation. Institutions. Social Capital.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Esquema conceitual simplificado das forças sociais . . . . .	18
Figura 2 – Construção da confiança - esquema . . . . .	20
Figura 3 – Quantitativo da amostra tratada . . . . .	28
Figura 4 – Produto interno bruto (crescimento anual, 2008 a 2016) . . . . .	33
Figura 5 – Inflação (preços ao consumidor, % anual - 2008 a 2016) . . . . .	34
Figura 6 – Desemprego (% força de trabalho ativa - 2008 a 2016) . . . . .	35
Figura 7 – Confiança no Congresso Nacional, 2008 . . . . .	36
Figura 8 – Confiança no Congresso Nacional, 2013 . . . . .	38
Figura 9 – Confiança no Congresso Nacional, 2015 . . . . .	40
Figura 10 – Confiança no Poder Judiciário, 2008 . . . . .	43
Figura 11 – Confiança no Poder Judiciário, 2013 . . . . .	45
Figura 12 – Confiança no Poder Judiciário, 2015 . . . . .	46
Figura 13 – Ambiente cooperativo, 2008 . . . . .	49
Figura 14 – Ambiente cooperativo, 2015 . . . . .	50

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Número de pessoas entrevistadas . . . . .	28
Tabela 2 – Efeitos marginais após estimação do modelo <i>logit</i> - Congresso Nacional 2008	37
Tabela 3 – Efeitos marginais após estimação do modelo <i>logit</i> - Congresso Nacional 2013	39
Tabela 4 – Efeitos marginais após estimação do modelo <i>logit</i> - Congresso Nacional 2015	40
Tabela 5 – Efeitos marginais após estimação do modelo <i>logit</i> - Poder Judiciário, 2008 .	44
Tabela 6 – Efeitos marginais após estimação do modelo <i>logit</i> - Poder Judiciário, 2013 .	45
Tabela 7 – Efeitos marginais após estimação do modelo <i>logit</i> - Poder Judiciário, 2015 .	47
Tabela 8 – Efeitos marginais após estimação do modelo <i>logit</i> - Ambiente cooperativo, 2008 . . . . .	49
Tabela 9 – Efeitos marginais após estimação do modelo <i>logit</i> - Ambiente cooperativo, 2015 . . . . .	51

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Efeitos marginais após estimação do modelo <i>logit</i> - Congresso Nacional 2008 - Estimação Completa . . . . .	59
Quadro 2 – Efeitos marginais após estimação do modelo <i>logit</i> - Congresso Nacional 2013 - Estimação Completa . . . . .	60
Quadro 3 – Efeitos marginais após estimação do modelo <i>logit</i> - Congresso Nacional 2015 - Estimação Completa . . . . .	61
Quadro 4 – Efeitos marginais após estimação do modelo <i>logit</i> - Poder Judiciário 2008 - Estimação Completa . . . . .	62
Quadro 5 – Efeitos marginais após estimação do modelo <i>logit</i> - Poder Judiciário 2013 - Estimação Completa . . . . .	63
Quadro 6 – Efeitos marginais após estimação do modelo <i>logit</i> - Poder Judiciário 2015 - Estimação Completa . . . . .	64
Quadro 7 – Efeitos marginais após estimação do modelo <i>logit</i> - Ambiente Cooperativo 2008 - Estimação Completa . . . . .	65
Quadro 8 – Efeitos marginais após estimação do modelo <i>logit</i> - Ambiente Cooperativo 2015 - Estimação Completa . . . . .	66

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b>	13
<b>2</b>	<b>FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA</b>	15
<b>2.1</b>	<b>Capital Social - Conceitos e Características</b>	15
<b>2.1.1</b>	<i>Confiança, cooperação e instituições</i>	20
<b>2.1.1.1</b>	<i>Confiança</i>	20
<b>2.1.1.2</b>	<i>Cooperação</i>	22
<b>2.1.1.3</b>	<i>Instituições</i>	23
<b>2.1.2</b>	<i>Aplicações empíricas</i>	24
<b>3</b>	<b>MATERIAIS E MÉTODOS</b>	28
<b>3.1</b>	<b>Coleta e análise dos dados</b>	28
<b>3.2</b>	<b>Codificação das variáveis</b>	29
<b>3.2.1</b>	<i>Variáveis dependentes</i>	29
<b>3.2.2</b>	<i>Variáveis explicativas</i>	29
<b>3.3</b>	<b>Modelo <i>logit</i> ordenado</b>	30
<b>4</b>	<b>RESULTADOS E DISCUSSÕES</b>	33
<b>4.1</b>	<b>Panorama econômico</b>	33
<b>4.1.1</b>	<i>Produto interno bruto</i>	33
<b>4.1.2</b>	<i>Inflação</i>	34
<b>4.1.3</b>	<i>Desemprego</i>	35
<b>4.2</b>	<b>Modelo de Variável Categórica</b>	36
<b>4.2.1</b>	<i>Confiança no Congresso Nacional</i>	36
<b>4.2.2</b>	<i>Confiança no Poder Judiciário</i>	43
<b>4.2.3</b>	<i>Ambiente Cooperativo</i>	48
<b>5</b>	<b>CONCLUSÕES E SUGESTÕES</b>	53
	<b>REFERÊNCIAS</b>	55
	<b>APÊNDICES</b>	59
	<b>APÊNDICE A – Confiança no Congresso - Estimções Completas</b>	59
	<b>APÊNDICE B – Confiança no Poder Judiciário - Estimções Completas</b>	62
	<b>APÊNDICE C – Ambiente Cooperativo - Estimções Completas</b>	65

## 1 INTRODUÇÃO

Com o desenvolvimento da teoria do capital social, muitos são os estudos que apresentam as vantagens acerca desse tipo de capital para o crescimento econômico (PUTNAM *et al.*, 1993; KNACK; KEEFER, 1997; FUKUYAMA, 1996; NARAYAN; PRITCHETT, 1999; TURNER, 2010; DASGUPTA, 2009). O desenvolvimento de políticas para alavancar esse capital é utilizado como meio de desenvolvimento econômico local e regional (BARR, 2003; BOUMA *et al.*, 2008; MANSURI; RAO, 2004; GÄCHTER; HERRMANN, 2009; SAITO *et al.*, 2017).

Na América Latina, a desconfiança da população em determinadas instituições nesse continente, bem como a cooperação entre os seus agentes vem decrescendo. Níveis reduzidos de confiança nos políticos e nas instituições parecem ser uma tendência ao redor do mundo, não somente em países ricos, mas também em democracias nascentes no mundo (HETHERINGTON, 2005).

Tal desconfiança pode ser atribuída a diversos fatores como: fraco desempenho econômico da maioria das novas democracias da região, casos de corrupção e uso abusivo das instituições políticas por parte dos governantes (POWER; JAMISON, 2005).

Uma outra perspectiva sobre essa desconfiança geral é acerca da origem histórica comum dos países da América Latina. A prevalência da pobreza e do autoritarismo, ao longo dos últimos séculos, resultaram em um ambiente repleto de atitudes e ações que levam à desconfiança geral da população, desde a confiança interpessoal até a confiança em suas instituições (LAGOS, 2000).

A confiança, assim como a cooperação, são variáveis importantes na formação do conceito de capital social, dois elementos chave do capital social. As relações sociais existentes entre as pessoas, desde o nível familiar, até o nível nacional, têm papel importante quando se estuda o desenvolvimento de uma sociedade ou país.

A construção da confiança, bem como o estabelecimento de relações de cooperação, tem um papel primordial na percepção dos indivíduos para o bem viver de uma sociedade. A hipótese de que um capital social positivo é relevante para o desenvolvimento econômico de uma sociedade já é um consenso entre os estudiosos da área.

Por que então não se confia naqueles que estão no Governo? E aqueles que promovem Justiça, não eram para ser confiáveis? Seria isso o que falta na América Latina? O desenvolvimento de um capital social mais forte?

Em um relatório recente, a Organização das Nações Unidas sugere que países latino-

americanos reconquistam confiança nas instituições públicas para crescer. De acordo com esse documento, cerca de 75% dos latino-americanos se mostram com pouca ou nenhuma confiança em seus governos nacionais. Ao redor de 80% deles pensa que a corrupção está disseminada em seus países. Ademais, a falta de confiança está aumentando na maior parte das regiões do mundo, e arrisca aprofundar a desconexão entre a população e as instituições públicas, prejudicando a coesão social e enfraquecendo o contrato social (OECD *et al.*, 2018).

Quais os fatores determinantes da confiança nas instituições da América Latina? E o que dizer sobre aqueles que são mais propensos a cooperar (ou em não cooperar)? O presente trabalho tem como objetivo identificar esse perfil e analisar as mudanças ocorridas nas variáveis ao longo dos anos estudados. Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Peru e Uruguai serão os países que representarão a América Latina. Um modelo *logit* será utilizado neste trabalho.

O próximo capítulo é dedicado ao vasto referencial teórico existente sobre a temática, o capítulo seguinte é destinada aos materiais e métodos que serão utilizados neste trabalho. No quarto capítulo, apresentam-se os resultados e é discutido sobre eles. As considerações finais são feitas no quinto capítulo.

## 2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Este capítulo tem como objetivo básico apresentar uma revisão bibliográfica acerca dos conceitos e elementos referentes ao capital social, levantando estudos que se utilizam da confiança, cooperação e instituições, bem como alguns estudos aplicados.

### 2.1 Capital Social - Conceitos e Características

Ao longo dos anos, os estudos que buscam compreender o desenvolvimento econômico das nações têm sido desenvolvidos com o intuito de identificar o que é preciso para as nações se desenvolverem de forma sustentável.

Fazendo uma análise histórica acerca das principais preocupações dos países para o desenvolvimento econômico, a disponibilidade de recursos naturais era considerada um pré-requisito essencial. Gradualmente foi sendo modificado pelo estoque de capital físico (máquinas e equipamentos), na medida em que esse capital foi identificado como fator chave para o crescimento. Ser “industrializado” era sinônimo de “desenvolvido”. Posteriormente, outros fatores, como o estoque de capital humano, comandaram as atenções nas explicações acerca das disparidades de renda e a habilidade de países mais pobres alcançarem os países mais ricos. O capital humano, por sua vez, liderou a agenda das estratégias de desenvolvimento. (CHHIBBER, 1999)

Ainda de acordo com este autor, por volta da década de 1980, saber como a política e as instituições interagem no processo de desenvolvimento ou como as instituições afetam o comportamento humano se apresentaram como perguntas importantes. De antemão pode-se dizer que as instituições se apresentam de maneira formal e informal na sociedade. Sendo o capital social informal (CHHIBBER, 1999).

Mas quais são as características do capital social? O que o diferencia dos outros capitais. Cabe então fazer uma breve diferenciação entre os três conceitos de capital existentes, o capital físico, o capital humano e o capital social.

Variando em diversas formas como estradas, edifícios, maquinário, ferramentas, caminhões e tratores, sistemas hidráulicos, etc. essa é a forma do capital físico. A origem dele está no processo de gastar tempo e outros recursos construindo estruturas físicas e outros recursos materiais que podem, por sua vez, serem usados na produção de outros produtos. Capital físico são os recursos estocados pelo homem cuja finalidade é a produção de outros produtos.



A construção do capital físico envolve o estabelecimento de restrições físicas que podem ser utilizadas para o bem comum ou não (OSTROM, 1999)

De acordo com a autora,

Investir em uma instalação de armas aumenta a quantidade de capital físico existente em um determinado ponto no tempo, mas o produto dessa forma de capital físico é a ameaça da destruição humana. Até mesmo os investimentos na produção de bens de consumo podem produzir externalidades substanciais. Uma usina nuclear que vazava materiais radioativos, por exemplo, é construída para aumentar a disponibilidade de energia para fins positivos, mas pode produzir mais externalidades negativas do que os benefícios líquidos gerados. O capital físico não pode operar ao longo do tempo sem capital humano na forma do conhecimento e das habilidades necessárias para usar e manter ativos físicos para produzir novos produtos e gerar renda. Se o capital físico for usado produtivamente por mais de um indivíduo, o capital social também é necessário. (OSTROM, 1999, p.175)

Assim, o capital físico possui o seu valor, cuja finalidade principal é a produção de renda, bem como necessita do capital humano para que se mantenha em atividade.

Já sobre o conceito de capital humano, o principal precursor da teoria do capital humano foi Jacob Mincer. Em seu trabalho, Mincer (1958) conclui que "a dispersão de renda em alguns grupos deve ser positivamente relacionada ao total médio investido em capital humano" (MINCER, 1958, p.301). Assim, o indivíduo deve investir em conhecimento para que se obtenha maiores níveis de renda.

Theodore Schultz (1973) colocou esforços para definir o capital humano e formalizá-lo junto à função de produção. Assim, esse capital é um investimento em técnicas, habilidades e conhecimentos com um retorno no futuro. Dessa forma, esse investimento em educação elevaria o nível de produção e, conseqüentemente, o nível de lucro dos detentores de capital, movendo a economia como um todo. Logo, para Schultz, alocar recursos para educação não era despesa, senão investimento.

Ostrom *et al.* (1999) define capital humano o conjunto de conhecimentos e habilidades adquiridos por um indivíduo ao longo de sua vida e que faz uso desses conhecimentos para as suas atividades. De acordo com a autora, existem formas diferentes de capital humano (a educação universitária é um capital humano diferente das habilidades de marcenaria adquiridas através de treinamento de aprendizes). Assim, o capital humano é formado, conscientemente, por meio de educação e treinamento; inconscientemente é adquirido através da experiência.

O capital humano é referente a habilidades e conhecimentos desenvolvidos pelo ser humano ao longo de sua vida, através de estudos ou de experiências práticas. O grau de tangibilidade desse capital é menor do que o capital físico, pois se trata de intangíveis mais

difíceis de mensurar. E, assim como o capital físico, possui seu lado obscuro. Um indivíduo pode se utilizar de seus conhecimentos para ações que vão contra as leis ou padrões éticos. Um bom exemplo é o indivíduo que utiliza seu conhecimento em computação para o desenvolvimento de *malwares*<sup>1</sup> com o intuito de praticar atos ilícitos (OSTROM, 1999).

Conhecidos esses primeiros dois tipos de capital, a definição de capital social pode ser entendida a seguir. O conceito não é algo relativamente novo, o mesmo já se tem sido utilizado desde a publicação de Hanifan (1916), em meados da segunda década do século XX. Segundo a autora, capital social é definido como aquele capital que

não se refere a bens imobiliários, a bens pessoais ou a dinheiro vivo, mas a coisas que tendem a fazer com que essas substâncias tangíveis sejam mais importantes na vida cotidiana de um povo: boa vontade, companheirismo, simpatia mútua e relações sociais entre um grupo de indivíduos e famílias que compõem uma unidade social, a comunidade rural, cujo centro lógico é a escola. (HANIFAN, 1916, p. 130)

Já em Ben-Porath (1980), o autor explanou acerca da conexão existente entre famílias, amigos e firmas, bem como acerca das interações de troca entre esses agentes. De acordo com o autor, "a maneira pela qual os membros das famílias negociam uns com os outros, o contrato implícito pelo qual eles conduzem suas atividades, contrasta fortemente com a transação com outros mercados" (BEN-PORATH, 1980, p.1).

Bourdieu (1980) trouxe o conceito de capital social como um "conjunto de recursos atuais e potenciais que estão ligados à posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de interconhecimento e inter-reconhecimento" (BOURDIEU, 1980, p.2).

A definição ganhou notoriedade com a publicação feita por Putnam (PUTNAM, 1993; PUTNAM *et al.*, 1993), em que o capital social é definido historicamente, através das experiências dos grupos, ou seja, o capital é produzido e ampliado. Trata-se de um capital que quanto mais utilizado mais a comunidade cívica a possuirá, de forma com que quanto mais se usa o capital social, mais se adquire. Assim, a confiança é geradora de confiança, sendo base para a cooperação.

Ainda de acordo com os autores, capital social é dado por um conjunto de associações horizontais entre pessoas as quais causam um efeito na produtividade de uma comunidade. Essas associações incluem as redes de engajamento cívico e as normas sociais (PUTNAM *et al.*, 1993).

Para Coleman (1988), o "capital social é definido por sua função. Não é uma entidade única, mas uma variedade de entidades diferentes, com dois elementos em comum: todas elas

<sup>1</sup> Na ciência da computação, existem diversos tipos de malwares, entre eles, estão incluídos os vírus, *worms*, cavalos de tróia, *ransomware*, *spyware*, *adware* e outros programas maliciosos.

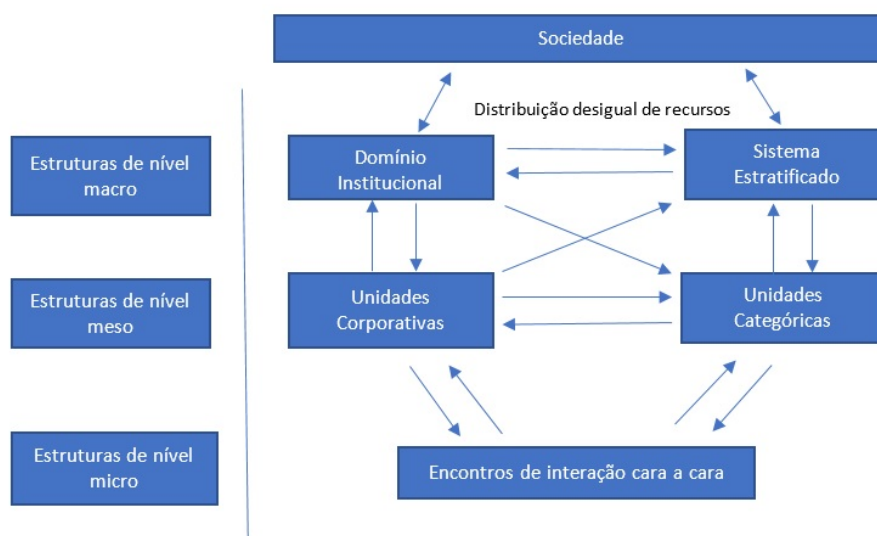
consistem em algum aspecto das estruturas sociais e facilitam certas ações dos atores – sejam pessoas ou atores corporativos – dentro da estrutura"(COLEMAN, 1988, p.95).

Diversas definições sobre o que seria “capital social” podem ser encontradas entre os estudiosos. A diversidade de definições sobre o que seria capital social surge com a maneira pela qual os pesquisadores levantam suas hipóteses e determinam suas teorias de escolha. Ou seja, tipicamente, os pesquisadores iniciam seus trabalhos em consideração a um resultado específico obtido e voltam a uma definição funcional perguntando-se que fenômeno social é o influenciador mais provável daquele resultado. Assim, diferentes pesquisadores terão diferentes pontos de vista, de acordo com o nível de apropriação da análise, que relações sociais são levadas em consideração e a sua magnitude, definindo assim o capital social (NARAYAN; PRITCHETT, 1999).

Os autores dividiram os conceitos referentes ao capital social de acordo com três correntes, mas que juntas colaboram para o conhecimento deste capital. O primeiro é a definição de acordo com o nível político de países, o segundo é referente à eficácia do setor público e o terceiro é acerca da resolução de falhas de mercado.

Em Turner (1999), o capital social é definido como “forças que aumentam o potencial para o desenvolvimento econômico em uma sociedade criando e sustentando relações sociais e padrões de organização social ” Assim, essas forças atuam em três níveis: o macroanalítico, o mesoanalítico e o microanalítico. De acordo com o esquema exposto na Figura 2.

Figura 1 – Esquema conceitual simplificado das forças sociais



Fonte: (TURNER, 2010).

O nível macro da realidade social é composto de domínios institucionais como econo-

nia, política, lei, religião, parentesco, educação, ciência e outras instituições que se diferenciaram ao longo da evolução da sociedade; sistemas de estratificação compostos de subpopulações que recebem diferentes níveis e tipos de recursos e revelam semelhanças comportamentais e organizacionais; sociedades inteiras que ocupam um território e; sistemas inter-societários compostos de relações entre sociedades, tipicamente através de seus respectivos domínios institucionais. Essas forças macro podem ser exemplificadas como a população, produção, distribuição, reprodução e regulação. O nível meso é composto por dois tipos básicos de formações socioculturais: as unidades corporativas, que são unidades estruturais que revelam uma divisão de trabalho para a realização de metas. Os três tipos básicos de unidades corporativas são: grupos, organizações e comunidades; as unidades categóricas: unidades estruturais criadas por membros de uma população entre indivíduos que se presume terem características identificadoras que os categorizam. As categorias mais proeminentes são aquelas formadas em torno de diferenças em sexo/gênero, idade, etnia, classe social e qualquer outra diferença que se torne a base para colocar as pessoas em uma categoria distinta. Já como exemplo de forças micro, tem-se a demografia, cultura, papéis na sociedade, motivos, ecologia e emoções. O capital social, assim, é formado em diferentes níveis da organização social, não podendo deixar de lado esses níveis organizacionais quando se pensa em estratégias de investimento para o crescimento do capital social disponível para a sociedade (TURNER, 2010).

Em uma investigação sobre capital social, os benefícios diretos e indiretos podem variar em diferentes níveis de análise, constatando que algumas relações sociais terão um peso positivo em determinados indivíduos ou grupos sociais, mas, também, pesos negativos podem ser encontrados na sociedade (NARAYAN; PRITCHETT, 1999; OSTROM, 2015; OSTROM, 1999) (OSTROM, 1999).

Em Woolcock e Narayan (2000), os estudos em capital social e desenvolvimento econômico podem ser categorizados em quatro perspectivas: a visão comunitária, a visão de redes/grupos, a visão institucional e a visão sinérgica.

Já Ostrom (2015) conceitua capital social como o conhecimento compartilhado, entendimentos, normas, regras e expectativas sobre padrões de interações que grupos de indivíduos trazem para uma atividade recorrente. Assim, as definições para capital social são várias, mas seguem um mesmo fluxo, utilizando-se de níveis de análise mais específicos ou mais abrangentes. (OSTROM, 2015)

Esclarecido o conceito de capital social, a próxima seção será destinada à relação

entre confiança, cooperação e instituições, variáveis presentes neste capital.

### 2.1.1 *Confiança, cooperação e instituições*

Nesta seção, serão revisitados conceitos de algumas variáveis presentes na formação e construção do capital social bem como a interação entre essas variáveis.

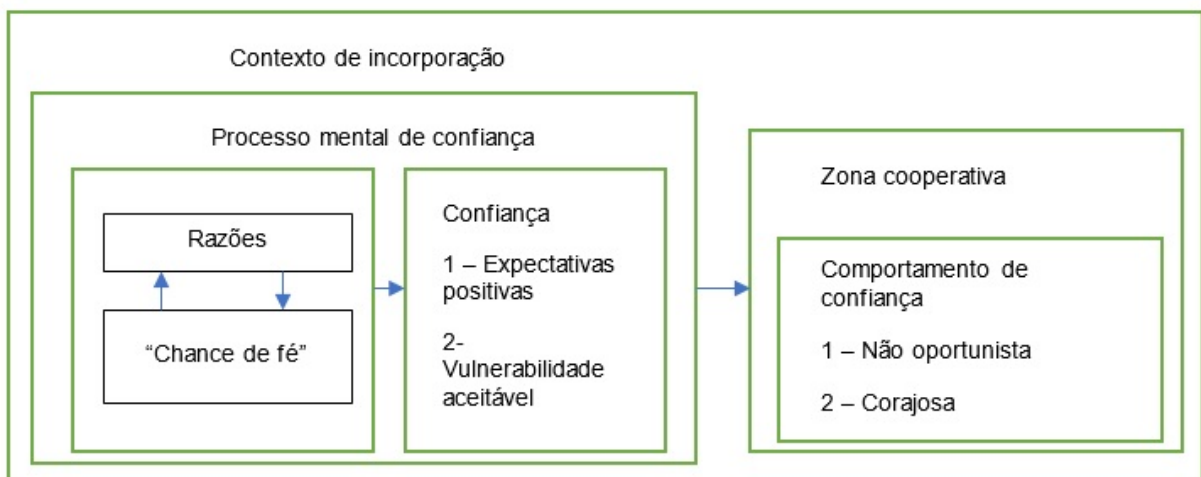
#### 2.1.1.1 *Confiança*

Confiança, ao lado da cooperação, é um dos principais agentes formadores do capital social. É um importante lubrificante do sistema social, é extremamente eficiente e evita muitos problemas no relacionamento entre as pessoas. (ARROW, 1974)

Dasgupta (2009) argumenta que se há confiança, existe a facilidade de existir um ambiente cooperativo, com o estabelecimento de regras e normas. De acordo o autor, confiança está relacionada com crenças, principalmente com aquelas que se têm acerca do outro indivíduo; criando um ambiente confiável por meio de relações afetivas, disposições sociais, com um executor externo estabelecendo uma estrutura de poder, reputação dos agentes e relações de longa duração, tenta-se criar um equilíbrio ótimo dentro das sociedades (DASGUPTA, 2009)

A construção da confiança não é algo simples de explicar nem tão fácil de se compreender, ela vai desde níveis subjetivos psicológicos até o desenvolvimento de ações, como é proposto por Tillmar e Lindkvist (2007) no esquema a seguir

Figura 2 – Construção da confiança - esquema



Fonte: (TILLMAR; LINDKVIST, 2007).

Assim, há um contexto de incorporação que caminha a uma zona cooperativa, levando

a ações desejadas, de acordo com os autores.

Mas, para que todos ajam de maneira crível, normas sociais devem ser criadas em sintonia com os interesses dos agentes envolvidos e essas normas são regras de equilíbrio do comportamento utilizando-se de um agente executor responsável por fiscalizar e punir aqueles que não seguem as referidas normas. Confiança é mantida pela ameaça ou possibilidade de ocorrer punição para todos aqueles que quebram os contratos (OSTROM, 2015)

Putnam *et al.* (1993) explicam que na maioria dos relatos filosóficos acerca de virtudes cívicas, a confiança e a observância da lei são proeminentes. Os cidadãos participantes de uma comunidade cívica, ao tratarem de forma justa uns aos outros, esperam que esse tratamento seja justo em troca (princípio da reciprocidade). Ademais, esperam que seu governo sigam padrões elevados e obedeçam voluntariamente às regras que os próprios cidadãos acordaram (PUTNAM *et al.*, 1993).

Ao realizar sua pesquisa na Itália, o autor ainda relaciona a confiança interpessoal existente e outras dimensões do "capital social" com a eficiência e a capacidade de resposta do governo democrático em todas as regiões italianas: "nas regiões cívicas da Itália (...) a confiança social tem sido um ingrediente chave no ambiente que sustentou o dinamismo econômico e o bom desempenho do governo (PUTNAM *et al.*, 1993, p.170). Ademais, explica que "onde a confiança e as normas de reciprocidade são mais fortes, os lados opostos são mais propensos a concordar com as regras básicas para buscar o debate e a resolução de desentendimentos"(PUTNAM, 2000).

Dentro da definição de capital social elaborado por Knack (2002), a confiança possui um papel relevante na formação desse capital. De acordo com o autor, capital social sob a forma de confiança generalizada e normas cívicas fortes que prescrevem cooperação em ambientes maiores podem melhorar o desempenho governamental, ampliando a responsabilidade do Governo, facilitando acordos em ambientes de polarização e inovando em políticas frente a novos desafios. Ademais, em sua pesquisa, encontrou que sociedades que confiam mais tendem a ter Governos mais performáticos. (KNACK, 2002)

Para Stephen *et al.* (2009), o papel da confiança é de facilitar ações coletivas, garantindo legitimidade das instituições, tanto no setor público como no privado (sociedade civil), e aos instrumentos utilizados para implementá-las, além do papel das partes interessada. Se o governo preferir implementar sua própria agenda sem confiança ou sem exercer controle absoluto sobre a população através do uso de recursos coercitivos, é praticamente impossível implementar programas em um estado moderno sem confiança. Ao facilitar a confiança, um

governo tem muito a ganhar (STEPHEN *et al.*, 2009).

Fukuyama (1996) estudou os efeitos da confiança sobre a sociedade. Utilizando vários países como estudo, vê o papel da confiança como fundamental para o crescimento econômico dos países.

Já na América Latina, RENNO (2001) observa que quando há mais confiança mútua, há menos necessidade de participar em associações cívicas. Ademais, o autor ainda encontra que a existência de um regime plenamente democrático cria um ambiente que favorece a confiança mútua e interação entre os indivíduos.

Assim, dentre os estudiosos, percebe-se a ligação entre as variáveis “confiança” e “cooperação”, sendo necessárias, no entanto, instituições fortes para que a incerteza entre as ações dos indivíduos seja reduzida.

#### 2.1.1.2 *Cooperação*

O espírito da cooperação está presente entre os seres vivos desde os primórdios da natureza. Ao longo da teoria da evolução, percebe-se, dentre os seres das diferentes espécies, que eles enfrentam a batalha da vida, de forma a garantir sua sobrevivência. Analisando as ações desses seres, nota-se uma existência de cooperação entre os mesmos, uma cooperação mútua e benéfica para ambas as partes (AXELROD; HAMILTON, 1981).

De acordo com Axelrod e Hamilton (1981), há uma relação de cooperação e reciprocidade entre os diversos seres vivos da natureza e que essa relação não existe somente entre animais da mesma espécie, mas que pode também se apresentar entre indivíduos que não possuem qualquer tipo de parentesco e entre indivíduos de espécies distintas. Da mesma forma, Dugatkin (1997) explanou acerca das cooperações existentes entre os animais e os benefícios desse ambiente cooperativo. Há, portanto, tendência de prevalência de relações de cooperação mesmo em ambiente de pura competição.

Com o ser humano não é diferente. De acordo com Mill (2014), o homem é preocupado, unicamente, com o que deseja possuir, riqueza, e que é capaz de julgar a eficácia para a obtenção desse fim. Prevê apenas os fenômenos do estado social que ocorrem em consequência da busca da riqueza. Assim, pode-se utilizar de cooperações para benefício próprio. De acordo com Axelrod e Keohane (1985), cooperar não é equivalente a harmonia, em que esta requer completa identidade de interesses, já cooperação só surge em situações que mesclam conflitos e interesses que se complementam.

Muitos experimentos sobre cooperação são feitos num campo da teoria dos jogos, desde o experimento clássico do Dilema dos Prisioneiros<sup>2</sup>, em que os jogadores obteriam melhores benefícios caso cooperassem entre si, até o conhecido jogo da confiança.

Um desdobramento do dilema dos prisioneiros é visto em Axelrod e Hamilton (1981), no qual os autores fazem simulações sem que os jogadores saibam quando as interações terminarão e que cada interação com o outro se dá com as estratégias “coopera” e “não coopera”. A estratégia mais bem-sucedida foi chamada de *tit-for-that*<sup>3</sup>. Nessa estratégia, o jogador coopera na primeira rodada e, de acordo com o que o outro jogador tenha feito na rodada anterior, ele retribui com a mesma estratégia. Assim, se o outro jogador continuar cooperando, o primeiro jogador também cooperará. Caso o segundo jogador decidir por não cooperar, o primeiro também não irá cooperar, continuando assim até que se volte a cooperar.

Vive-se, então, sobre um ambiente completamente dinâmico entre os agentes e os projetos e propósitos dos mesmos se baseiam não só no presente, mas no futuro também. Esses agentes justificam suas prováveis consequências presentes e futuras de suas respectivas escolhas, considerando que todos os outros agentes fazem o mesmo.

A cooperação, dentro da teoria dos jogos, leva a um resultado pelo qual ambos os jogadores acabam recebendo uma melhor recompensa, caso ajam individualmente. Assim, a reflexão é a mesma quando se está em um ambiente no qual é necessário cooperar com os outros agentes para desenvolvimento de determinadas ações ou atitudes por parte de grupos sociais, em que a ação conjunta é mais benéfica que a ação individual (OSTROM, 2015)

### 2.1.1.3 Instituições

Para garantir que os agentes possam agir de maneira racional, bem como possam conviver harmoniosamente, as instituições surgem para que as ações sejam coordenadas e previsíveis em torno de um bem comum.

De acordo com Hurwicz (1996), uma instituição é um conjunto de regras alternativas (regras do jogo) que determina os resultados das interações sociais em que os indivíduos se envolvem (por exemplo, diferentes distribuições possíveis de recursos materiais). As regras institucionais particulares que serão implementadas serão então selecionadas a partir deste conjunto. Esse esquema é baseado na teoria dos jogos, onde a instituição representa um conjunto

<sup>2</sup> Para conhecer o jogo do Dilema dos Prisioneiros, ver Fiani (2015)

<sup>3</sup> Estratégia da reciprocidade: olho por olho, dente por dente



de regras (HURWICZ, 1996).

Para North (1990), as instituições são redutoras de incerteza, fornecendo, assim, uma estrutura para a vida cotidiana. São como um guia para a interação humana. Estabelecendo maneiras de como realizar as tarefas do cotidiano (como cumprimentar amigos, enterrar os mortos ou formar um negócio). As instituições mudam de país para país; limitam o conjunto de escolhas do indivíduo; incluem qualquer restrição que os seres humanos criam para moldar a interação humana; podem ser formais e informais – formais são as regras que os seres humanos criam e institucionalizam as informais são as convenções e códigos de comportamento; podem ser criadas Constituições, como agregadoras de instituições, como podem evoluir ao longo do tempo, assim como o direito comum (NORTH, 1990).

Ostrom (2015) e Ostrom e Gardner (1993) argumentam que os seres humanos não precisam permanecer presos à situação do dilema do prisioneiro, mas sim formarem instituições e se comunicarem entre si, de modo a concordarem com as regras que transformam a estrutura do jogo onde a cooperação possa gerar um equilíbrio estável (OSTROM, 1999; OSTROM; GARDNER, 1993).

A autora complementa colocando que existem alguns requisitos para que o projeto institucional (visando à cooperação) possa facilitar sobremaneira o desenvolvimento da ação coletiva: a clara definição dos limites da instituição que está sendo criada, a participação efetiva das partes envolvidas na definição das regras, a adoção de sanções para os transgressores e a existência de mecanismos pouco onerosos para a solução de conflitos. Mesmo que esses requisitos não garantam o sucesso da cooperação, eles atuam como importantes redutores da incerteza e podem contribuir para a ampliação da confiança entre os participantes.

Ademais, os acordos gerados podem ser criados por aprendizagem mútua de determinadas atividades, de forma que os mesmos possam ser elaborados em linha com a vontade de uma pessoa em seguir os comandos de outros. De outra maneira os acordos podem ser feito através da evolução ou construção de um conjunto de normas ou regras explicando como essas atividades serão realizadas repetidamente ao longo do tempo, como os compromissos serão monitorados e controlados, impondo sanções ou não (OSTROM, 2015).

### ***2.1.2 Aplicações empíricas***

Diversos são os estudos que tratam da confiança e de ambientes cooperativos, alguns deles se utilizam de experimentos com base na teoria dos jogos para identificar o perfil dos

agentes que participam dos jogos ou para caracterizar esses jogadores. Ademais, utilizam-se de métodos empíricos para chegarem às suas conclusões.

Fehr e Gächter (2000) usam o experimento dos bens públicos para também explicar a forte aversão contra ser "otário" em situações de dilema social. Como consequência, aqueles que cooperam podem estar dispostos a punir os *free-riders*, mesmo que não possam esperar benefícios futuros de suas atividades de punição. Um dos principais objetivos do trabalho dos autores é mostrar experimentalmente que existe uma vontade generalizada dos cooperadores de punir os *free-riders*. Os resultados indicam que isso é válido mesmo que a punição seja dispendiosa e não ofereça qualquer benefício material para quem aplica a punição. Ademais, fornecem provas de que os *free-riders* são punidos quanto mais se desviam dos níveis de cooperação dos cooperadores. Potenciais *free-riders*, portanto, podem evitar ou, pelo menos, reduzir a punição aumentando seus níveis de cooperação. Isso, por sua vez, sugere que, na presença de oportunidades de punição, haverá menos *free-riders*.

Fischbacher *et al.* (2001) estudaram a importância da cooperação condicional em um jogo envolvendo bens públicos de uma única jogada. Os autores concluíram que um terço dos participantes podem ser classificados como *free-riders*, enquanto que 50 por cento são cooperadores condicionais.

Burks *et al.* (2003) utilizam o jogo da confiança para analisar alguns fatores. O trabalho examina o efeito de indivíduos que desempenham ambos os papéis em um jogo de confiança (*trust game*). Comparam-se dois tratamentos de informação com a replicação do jogo de confiança de função única. O tratamento altera o ponto em que os participantes são informados que irão desempenhar ambos os papéis. Crê-se que jogar ambos os papéis reduzem tanto a confiança como a reciprocidade.

Em AMARAL FILHO (2003), o autor aborda as alianças feitas entre o setor público e privado no Estado do Ceará após esgotamento do modelo administrativo-econômico decorrente do chamado "ciclo dos coronéis". Com a emergência de "jovens empresários" industriais no Estado após esse ciclo, criou-se um capital social em volta desses empresários, buscando cooperação entre os mesmos. Juntando-se no Centro Industrial do Ceará, esforços foram mobilizados para o desenvolvimento de ideias, projetos e lideranças políticas para a economia cearense.

Gächter *et al.* (2004) utilizaram de levantamentos e evidências experimentais sobre confiança e cooperação voluntárias de mais de 630 participantes não estudantis na Rússia rural e

urbana. O estudo tem um contexto socioeconômico diversificado que se relaciona com a resposta de uma pesquisa sobre atitudes de confiança e o comportamento de contribuição em um jogo de bens públicos de uma única jogada. Concluem que o contexto socioeconômico afeta as atitudes de confiança, mas não encontram qualquer influência separada de variáveis socioeconômicas sobre o comportamento cooperativo em uma experiência de bens públicos de uma única jogada. No entanto, a cooperação está significativa e positivamente correlacionada com a confiança em relação a estranhos e crenças sobre a justiça e a utilidade dos outros.

Lopes (2004) utilizou dados do Latinobarômetro para entender a cultura política da América Latina, utilizando um índice somatório da confiança na Presidência da República, no Congresso Nacional e nos partidos políticos, chamando este índice de confiança nas instituições políticas. Como resultado, tem-se que a valorização da democracia, a visão sobre a economia e o funcionamento do regime, o otimismo em relação ao futuro e o interesse pela política influenciam a confiança nas instituições políticas.

Estabelecendo uma relação com as instituições, Tillmar e Lindkvist (2007) se utilizam de experimento empírico baseado em um estudo longitudinal na Tanzânia que enfoca o processo de formação de confiança em sua forma "nua", ou seja, em um contexto no qual as instituições formais são de pouca ajuda para conter o comportamento oportunista, encontrando, como resultado, que as pessoas, em vez de serem jogadoras e oportunistas, tentam árdua e imaginativamente criar razões para confiar que as outras são realmente boas.

Para Bouma *et al.* (2008) o capital social é um dos principais determinantes do sucesso da gestão de recursos da comunidade. Eles utilizaram a quantidade média de dinheiro enviada pelos participantes em um jogo de confiança como uma medida de capital social em cinco aldeias rurais na Índia. Combinando esses dados experimentais com pesquisas domiciliares, analisaram: (i) como a quantidade de dinheiro enviado no jogo da confiança está correlacionada com os fatores característicos socioculturais da comunidade, (ii) como o capital social afeta o gerenciamento de recursos comunitários e (iii) até que ponto o jogo experimental é consistente com um comportamento real na fora do experimento em termos de proporcionar um bem semi-público. Os resultados são interessantes do ponto de vista da política, e fornecem informações sobre o fosso entre as experiências de laboratório e o campo.

Gachter *et al.* (2010) estudam a influência dos antecedentes culturais (falantes de língua inglesa, protestantes europeus, ex-comunistas/ortodoxos, confucionistas, sul-europeus e falantes árabes) no nível de cooperação dos indivíduos, tendo como resultado que essa diferença

cultural tem uma influência substancial na extensão da cooperação.

Em Tabosa *et al.* (2010), os autores utilizam questionários e constroem indicadores para analisar as disparidades de desenvolvimento decorrentes da presença/ausência de capital social entre comunidades no município de Itarema, estado do Ceará. Como resultado, a comunidade com maior estoque de capital social é mais desenvolvida e apresenta melhores índices de qualidade de vida do que a comunidade com menor estoque de capital social.

Georgantzis *et al.* (2013) examinam uma experiência de jogo de confiança intra e internacional entre indivíduos marroquinos, franceses e espanhóis. Antes de tomar cada decisão, os participantes são informados sobre a nacionalidade do parceiro. Descobriu-se que, em geral, os indivíduos de Marrocos exibiam um maior nível de confiança. Além disso, os participantes marroquinos confiaram mais em participantes franceses do que os espanhóis. Quanto ao comportamento recíproco, os participantes da Espanha foram os menos confiáveis. Além disso, não foram observados padrões discriminatórios de ou para qualquer país.

Nascimento (2014) utiliza modelagem econométrica para estabelecer os determinantes da credibilidade nas instituições Brasileira (Governo, Judiciário, Congresso Nacional, Polícia e Forças Armadas) para o ano de 2006, cujos resultados mostraram as variáveis que afetam a confiança nas instituições brasileiras, ou seja: renda, sexo, situação ocupacional, região geográfica, orientação política e violência.

### 3 MATERIAIS E MÉTODOS

Neste capítulo será detalhado o procedimento utilizado para a obtenção dos resultados, desde a coleta de dados, codificação dos dados e o método econométrico.

#### 3.1 Coleta e análise dos dados

A base de dados utilizada neste trabalho foi obtida através de pesquisa feita pelo Latinobarômetro, organização da sociedade civil sem fins lucrativos com sede na cidade de Santiago, Chile. Neste estudo a instituição investiga o desenvolvimento da democracia, a economia e a sociedade em seu conjunto, usando indicadores de opinião pública os quais medem atitudes, valores e comportamentos.

Por motivo de limitação das variáveis coletadas, os anos utilizados para o estudo foram 2008, 2013 e 2015.

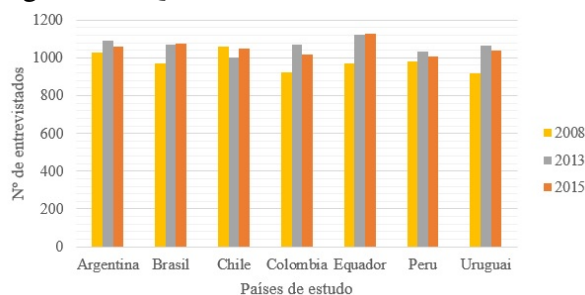
Tabela 1 – Número de pessoas entrevistadas

Países	2008	2013	2015
Argentina	1200	1200	1200
Brasil	1204	1204	1250
Chile	1200	1200	1200
Colômbia	1200	1200	1200
Equador	1200	1200	1200
Peru	1200	1200	1200
Uruguai	1200	1200	1200

Nota – Elaboração do autor.

Após coleta, as observações categorizadas como “Não respondido” ou “Não sei” foram retiradas das variáveis explicativas e dependentes. Após essa filtragem e eliminação de dados, tem-se a seguinte figura (Figura 3) com o quantitativo da amostra trabalhada.

Figura 3 – Quantitativo da amostra tratada



Fonte: Elaboração do autor.

## 3.2 Codificação das variáveis

Nesta seção será explicado como as variáveis foram reordenadas e classificadas. Essa codificação será feita de acordo com o tipo de variável, se dependente ou explicativa.

### 3.2.1 Variáveis dependentes

As variáveis dependentes foram codificadas da seguinte forma

- Nível de Confiança

De acordo com a entrevista, é feita o seguinte questionamento: “Por favor, olhe para este cartão e diga-me, para cada um dos grupos, instituições ou pessoas na lista, quanta confiança você tem neles: muito (1), alguma (2), pouco (3) ou nenhuma (4) confiança em ...?”

As variáveis foram recodificadas e “Pouco” ou “Alguma” foram agrupados em “Confia em Parte” do seguinte modo: (1) Não Confia, (2) Confia em Parte e (3) Confia Muito. As instituições escolhidas foram: Congresso Nacional e Poder Judiciário de seus países.

Para essa variável serão estudados os anos de 2008, 2013 e 2015.

- Ambiente cooperativo

De acordo com a entrevista, é feita a seguinte afirmação: Eu vou ler algumas ações que as pessoas podem fazer e quero que você me diga se você fez alguma delas (1), se você poderia realizá-las (2) ou se você nunca as faria sob qualquer circunstância (3).

A variável não foi recodificada e seguiu essa mesma ordenação. A ação escolhida foi: *Juntar-se com outras pessoas para discutir um assunto ou assinar uma petição.*

Para essa variável serão estudados os anos de 2008 e 2015, por motivo de disponibilidade das variáveis.

### 3.2.2 Variáveis explicativas

As variáveis explicativas escolhidas foram as seguintes:

- Idade: foi utilizada a idade dita pelo entrevistado

Para as próximas variáveis, foram criadas variáveis *dummy* para cada categoria

- Escolaridade: Analfabeto(a), Ensino Fundamental Incompleto, Ensino Fundamental Completo, Ensino Médio Incompleto, Ensino Médio Completo, Ensino Superior Incompleto e Ensino Superior Completo. Analfabeto é a variável de referência.

- Situação Ocupacional: Independente/Autônomo(a), Assalariado (a), Temporariamente não trabalha, Aposentado(a)/Pensionista, Não trabalha ou responsável pelas compras e trabalho doméstico e Estudante. Independente/Autônomo(a) é a variável de referência
- Estado Civil: Solteiro(a), Casado(a)/Com Companheiro(a) e Separado(a)/Divorciado(a)/Viúvo(a). Solteiro é a variável de referência.
- Religião: para religião, algumas categorias foram agrupadas por motivo de baixa frequência apresentada. As categorias são Católico, Evangélico, Movimento Restaurador<sup>1</sup>, Outras Religiões<sup>2</sup>, Agnóstico, Ateu e Nenhuma Religião. Nenhuma Religião foi a categoria de referência.
- Sexo: Homem ou Mulher. Homem é a categoria de referência.
- Raça: Branco(a), Negro(a), Mestiço(a), Indígena e Outras Etnias<sup>3</sup>. Branco(a) é a categoria de referência.

### 3.3 Modelo *logit* ordenado

De acordo com Long e Freese (2014), o modelo ordinário pode ser desenvolvido de diferentes maneiras, desde que as levem a uma mesma forma. O modelo binário pode ser visto como um caso especial do modelo ordinário que possui apenas duas categorias para a variável.

Os modelos ordinários, tanto o *logit* quanto o *probit*, são usualmente apresentados como modelos de variável latente. Assim, pode-se definir um  $y^*$  como variável latente variando de  $-\infty$  até  $+\infty$  com a seguinte estrutura de modelo

$$y^* = x_i\beta + \varepsilon_i$$

Em que  $x$  é a matriz de variáveis independentes,  $\beta$  é a matriz de coeficientes dessas variáveis e  $\varepsilon$  é o componente estocástico.

Esse modelo divide  $y^*$  em  $J$  categorias ordinais,

$$y_i = m \text{ se } \tau_{m-1} \leq y^* < \tau_m \text{ para } m = 1 \text{ até } J$$

Sabendo quais são as categorias, definem-se os pontos de corte (*cutpoints*). Se esses pontos são  $\tau_1 < \tau_2 < \dots < \tau_J$ , definem-se:

$$y_i = 0, \quad \text{se } y^* \leq \tau_0$$

<sup>1</sup> São os considerados Adventistas do sétimo dia, Mórmons e Testemunhas de Jeová.

<sup>2</sup> Judeus, Ortodoxos, Muçulmanos, Religiões de Origem Africana e outras foram agrupadas nessa categoria.

<sup>3</sup> Mulatos, Asiáticos e Outras Etnias foram agrupadas nessa categoria.

$$\begin{aligned}
y_i = 1, \quad \text{se } \tau_0 < y^* \leq \tau_1 \\
& \vdots \\
y = J-1, \quad \text{se } \tau_{J-2} < y^* \leq \tau_{J-1} \\
y = J, \quad \text{se } \tau_{J-1} < y^* \leq \tau_J
\end{aligned}$$

Dessa forma, assim que a variável latente cruza os pontos de corte, a categoria observada muda.

A probabilidade de um resultado observado e para um dado valor de  $x$ , quando feita a representação gráfica relacionando o  $y$  observado e o  $y^*$  com apenas uma variável independente, é a área sob a curva entre um par de pontos de corte. Assim, a probabilidade de observar  $y = m$  para dados valores de  $x$  corresponde à região da distribuição onde  $y^*$  cai entre  $\tau_{m-1}$  e  $\tau_m$ :

$$Pr(y = m|x) = Pr(\tau_{m-1} \leq y^* < \tau_m|x)$$

Substituindo  $x\beta + \varepsilon$  para  $y^*$  e usando algumas manipulações algébricas, tem-se que

$$Pr(y = m|x) = F(\tau_m - x\beta) - F(\tau_{m-1} - x\beta)$$

Em que  $F$  é a função de distribuição cumulativa para  $\varepsilon$ . Para um modelo ordinário logístico,  $F$  é logístico, assumindo a seguinte forma:

$$\frac{e^{\alpha_j - x\beta}}{1 + e^{\alpha_j - x\beta}}$$

Em que  $\alpha$  e  $\beta$  são estimados por máxima verossimilhança.

A partir dos resultados obtidos, analisam-se os sinais para identificar a direção dos resultados, pois, diferente dos modelos lineares tradicionais, os coeficientes estimados não representam a magnitude da variável independente sobre a variável dependente. Dessa forma, analisa-se, então, o efeito marginal da variável independente em relação à variável dependente, da seguinte forma:



$$\frac{\partial p_0(x_k)}{\partial x_k} = -\beta_k \lambda(\alpha_0 - x\beta)$$

$$\vdots$$

$$\frac{\partial p_j(x_k)}{\partial x_k} = -\beta_k \lambda(\alpha_j - x\beta)$$

Em que  $1 < j < k$ .

Para este trabalho, utilizar-se-á uma variável latente com três categorias referentes ao nível de confiança, em que as categorias são: “Não Confia”, “Confia em Parte” e “Confia Muito”; e uma outra variável latente com três categorias referentes a níveis de cooperação: “Nunca realizaria”, “Já realizou” ou “Realizaria”, em que essas duas seriam as variáveis latentes e as outras variáveis especificadas seriam as variáveis independentes. Assim, serão obtidos os efeitos marginais de cada categoria.

## 4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Neste capítulo será apresentado um panorama econômico dos países em estudo, bem como serão apresentados os resultados obtidos utilizando o modelo *logit* ordenado.

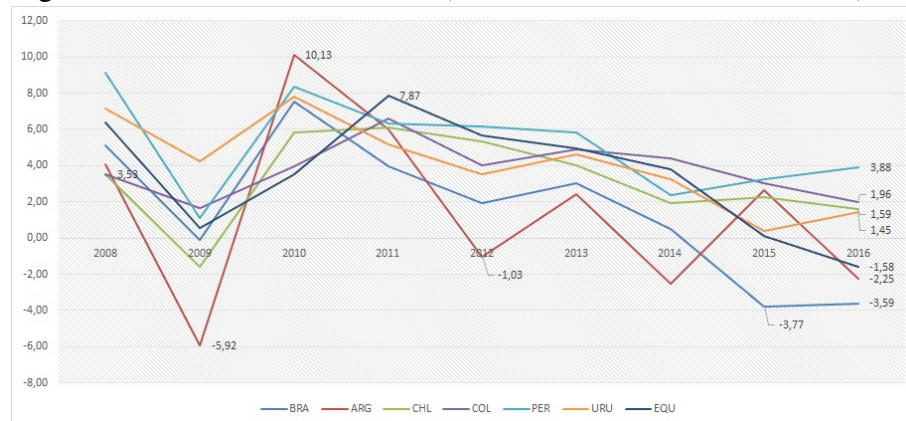
### 4.1 Panorama econômico

Alguns indicadores serão elencados com o intuito de ambientar o cenário econômico dos países estudados, trazendo à tona algumas variáveis econômicas<sup>1</sup> importantes para estudo e inferência, são elas: Produto Interno Bruto (PIB), em taxa de crescimento anual; Nível de inflação (% anual); e Taxa de Desemprego (% Força de Trabalho).

#### 4.1.1 Produto interno bruto

De acordo com o Banco Mundial<sup>2</sup>, o PIB é a soma do valor adicionado bruto de todos os produtores residentes na economia, acrescido de todos os impostos sobre os produtos menos os subsídios não incluídos no valor dos produtos. É calculado sem fazer deduções para a depreciação dos ativos fabricados ou para a degradação dos recursos naturais.

Figura 4 – Produto interno bruto (crescimento anual, 2008 a 2016)



Fonte: Dados das Contas Nacionais do Banco Mundial e arquivos de Dados das Contas Nacionais da OCDE.

No Gráfico, tem-se as taxas anuais de crescimento (%) do PIB a preços de mercado com base na moeda local constante. Os agregados são baseados em dólares americanos constantes de 2010.

<sup>1</sup> Dados retirados do Banco Mundial

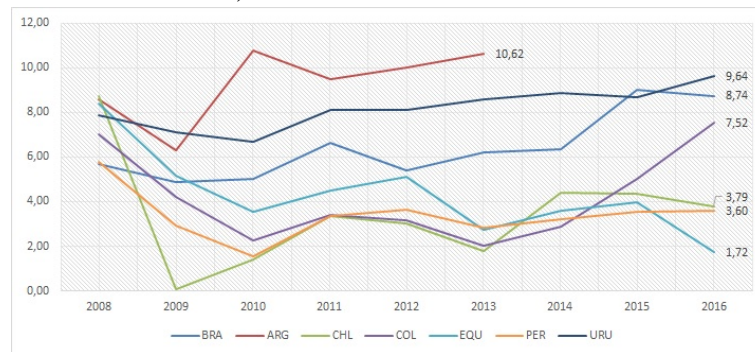
<sup>2</sup> Definição retirada de <https://data.worldbank.org/indicator>

Percebe-se uma tendência de decrescimento das taxas do PIB, desde 2010, com alguns altos e baixos para alguns países. A Argentina com muitos “picos”, atingindo 5,92 % de decrescimento do PIB em 2009 e chegando a 10,13 % de crescimento em 2010. O Brasil vem numa trajetória decrescente desde 2010, situando-se no nível mais abaixo de crescimento dentre os países estudados no período. Nota-se um decrescimento conjunto dos países entre 2008 e 2009, bem como um crescimento conjunto entre 2009 e 2010. A partir daí, as taxas, na maioria dos países, decrescem.

#### 4.1.2 Inflação

A inflação se refere a um aumento contínuo e generalizado dos preços em uma economia. Abaixo, tem-se o crescimento anual da taxa de inflação nos países estudados<sup>3</sup>. Ela é medida pelo índice de preços ao consumidor e reflete a variação percentual anual no custo de adquirir uma cesta de bens e serviços para o consumidor médio e que pode ser corrigido ou alterado em intervalos especificados, como anualmente. A fórmula de Laspeyres<sup>4</sup> é a principal usada.

Figura 5 – Inflação (preços ao consumidor, % anual - 2008 a 2016)



Fonte: Fundo Monetário Internacional, Estatísticas Financeiras Internacionais e arquivos de dados.

Uruguai, Brasil e Argentina são os países que apresentaram as maiores taxas de crescimento dos preços ao consumidor ao longo da série, enquanto que o Equador mostrou a menor taxa de crescimento no final do período.

Nota-se uma tendência de que os países com maiores taxas de crescimento dos

<sup>3</sup> Na base de dados, só foi possível obter as taxas de inflação da Argentina até o ano de 2013.

<sup>4</sup> O Índice de Laspeyres é calculado pela divisão entre o montante de dinheiro a preços correntes (multiplicação do preço corrente pela quantidade base) necessário para comprar uma cesta de bens cujas quantidades foram fixadas no período base (zero) e o montante de dinheiro necessário para a mesma cesta a preços do período base (multiplicação do preço base pela quantidade base).

preços sempre são Brasil, Argentina e Uruguai, enquanto que na parte de baixo, alternam-se as posições de quem tem maiores ou menores taxas de crescimento dos preços ao consumidor.

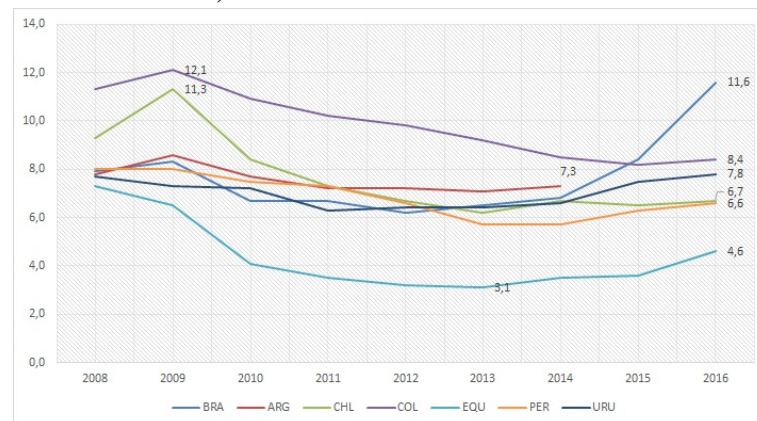
### 4.1.3 Desemprego

Um outro indicador da economia é acerca da taxa de desemprego do país. O desemprego refere-se à participação da força de trabalho ativa sem trabalho, mas disponível e buscando emprego. As definições de força de trabalho e do desemprego diferem de país para país.

A definição padrão de pessoas desempregadas são aquelas pessoas sem trabalho, que procuram trabalho em um período recente atualmente disponíveis para o trabalho, incluindo pessoas que perderam seus empregos ou que voluntariamente deixaram o trabalho. As pessoas que não buscaram trabalho, mas que têm expectativas de um trabalho futuro, também são consideradas desempregadas. Algum desemprego é inevitável. É a força de trabalho ou a parte economicamente ativa da população que serve como base para esse indicador e não para a população total, como mencionado acima.

Na figura a seguir, tem-se o nível de desemprego estimado pela Organização Internacional do Trabalho - OIT, banco de dados disponibilizado pelo Banco Mundial.

Figura 6 – Desemprego (% força de trabalho ativa - 2008 a 2016)



Fonte: Organização Internacional do Trabalho, base de dados ILOSTAT, Novembro de 2017.

A maior taxa de desemprego está no Brasil entre 2015 e 2016, com 11,6% e 8,4%, respectivamente, da força de trabalho total procurando por emprego. Já o Uruguai aparece com as menores taxas em toda a série acima.

Houve uma redução significativa do desemprego na Colômbia e no Chile e a taxa se

mantém em uma quase constante para o Peru, Argentina e Uruguai, com um leve crescimento neste último país ao longo dos dois últimos anos. É sobre esse ambiente que os dados a seguir serão analisados.

## 4.2 Modelo de Variável Categórica

Como exposto na metodologia, foi utilizado nesse estudo o modelo de estimação com variáveis dependentes categóricas. O modelo logístico ordenado foi o utilizado, com a suposição de que há uma ordem entre as categorias das variáveis e que estas possuem mais de duas variáveis.

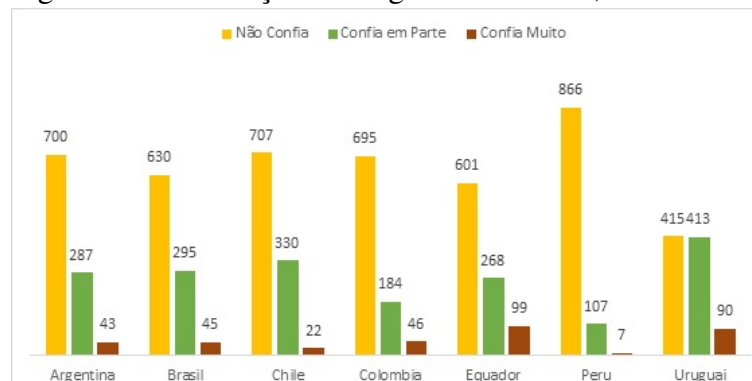
Assim, o estudo é dividido em três anos (2008, 2013 e 2015), para, assim, fazer uma comparação entre os anos e identificar as variáveis mais relevantes em um ambiente cooperativo e que confiam em suas instituições.

Utilizando-se do modelo de resposta categórica, serão observadas somente as variáveis com coeficientes significantes ao nível de confiança em 90%. De acordo com a estimação do modelo, os coeficientes são interpretados de forma com que a categoria seja mais ou menos preferida que a categoria base. Sua magnitude não é considerada. Assim, para identificar os possíveis determinantes da confiança, utilizam-se os efeitos marginais para identificar as variáveis que afetam positivamente ou negativamente a confiança nas instituições escolhidas, bem como no sentimento cooperativo dos entrevistados.

### 4.2.1 Confiança no Congresso Nacional

Para o ano de 2008, têm-se os seguintes dados e resultados na Figura 7.

Figura 7 – Confiança no Congresso Nacional, 2008



Nota – Elaboração do autor.

Analisando os dados, percebe-se uma notável “não confiança” dos entrevistados em relação ao seu Congresso Nacional no ano de 2008, com exceção do Uruguai, que tem uma relação parecida entre suas categorias.

A Tabela 2 abaixo apresenta um resumo dos resultados obtidos dos efeitos marginais após a estimação do modelo, utilizando a variável "Confiança no Congresso Nacional" como a variável dependente <sup>5</sup>.

Tabela 2 – Efeitos marginais após estimação do modelo *logit* - Congresso Nacional 2008

Variáveis	Não Confia		Confia em Parte		Confia Muito	
	dy/dx	P> z	dy/dx	P> z	dy/dx	P> z
Ens. Médio Incomp.	0,0716	0,02	-0,0555	0,018	-0,0161	0,03
Católico	0,03604	0,046	-0,0277	0,044	-0,0083	0,054
Mov. Restaurador	0,1130	0,023	-0,0893	0,027	-0,0237	0,012
Mulher	0,02192	0,081	-0,0170	0,081	-0,0049	0,082
Negro	0,0540	0,053	-0,0417	0,057	-0,0123	0,041
Mestiço	0,0892	0	-0,0698	0	-0,0194	0
Indígena	0,08130	0,003	-0,0634	0,003	-0,0179	0,001

Nota – Mudança das variáveis *dummy* de 0 para 1

Nota – Pseudo R<sup>2</sup>=0,010

Nota – Elaboração do autor

Na Tabela acima, tem-se as variáveis significantes a 90%. De acordo com os resultados, nenhuma das variáveis afeta positivamente a Confiança no Congresso Nacional, mas negativamente. Assim, os valores dos efeitos marginais podem ser interpretados da seguinte forma: no quesito escolaridade, e considerando todas as outras variáveis constantes, uma mudança da categoria base, “Analfabeto”, para a categoria “Ensino Médio Incompleto”, aumenta em 7,15% a probabilidade de o indivíduo “Não Confiar” no Congresso Nacional.

Com relação à “Religião”, mantidas constantes as outras variáveis, uma mudança da categoria base (“Nenhuma Religião”) para a categoria “Católico(a)”, há um aumento em 3,60% na probabilidade em “Não Confiar” no Congresso Nacional e, da categoria base para a categoria “Movimento Restaurador”, há um aumento em 11,30% da probabilidade em “Não Confiar” no Congresso em 2008.

No tocante a “Sexo”, há um aumento da probabilidade em 2,2% de “Não Confiar” no Congresso quando se muda da categoria base (Homem) para a categoria Mulher, mantendo as outras variáveis constantes. Quando se analisa “Raça”, tem-se que uma mudança da categoria base (“Branco”) para a categoria “Negro”, aumenta a probabilidade em 5,4% de “Não Confiar”

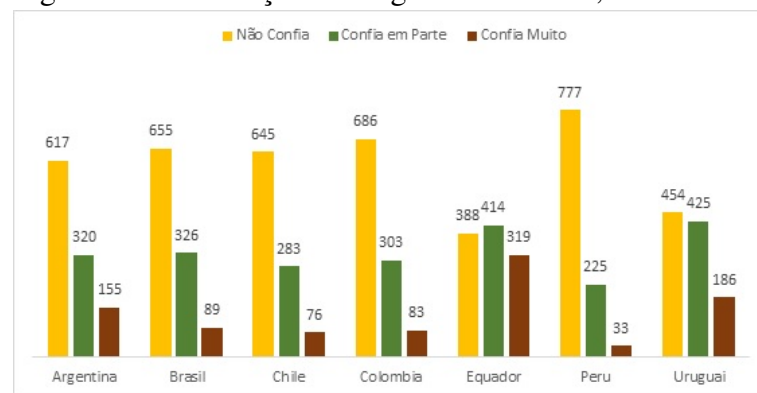
<sup>5</sup> Para estimação completa, ver Apêndice A.

no Congresso, aumenta em 8,13% para aqueles que se consideram de raça "Indígena" e aumenta em 8,9% a probabilidade de "Não Confiar" no Congresso para a categoria "Mestiço", mantendo as outras variáveis constantes.

Dessa forma, não há variáveis significativas que demonstrem propensões de confiança, mas apenas em "Não Confiar". A propensão em "Não Confiar" é maior se for categorizado como pertencente a alguma religião do "Movimento Restaurador" (11,3%). Logo em seguida, aparece a raça "Mestiço" (8,9%), "Indígena" (8,13%) e "Ensino Médio Incompleto" (7,16%).

Para o ano de 2013, têm-se os seguintes dados (Figura 8).

Figura 8 – Confiança no Congresso Nacional, 2013



Nota – Elaboração do autor.

De acordo com o gráfico construído com os dados dessa variável, percebe-se, ainda, a predominância do "Não Confiar" entre os países estudados. Nota-se também uma mudança no comportamento do país Equador e uma constância do Uruguai, quando comparado a 2008.

Estimando o modelo categórico ordenado e obtendo os efeitos marginais, os resultados para o ano de 2013 podem ser vistos na Tabela 3 a seguir.<sup>6</sup>

Analisando os resultados para esse ano, pode-se notar uma diferença nos determinantes em comparação a 2008. Primeiro, acerca da idade dos entrevistados, com o acréscimo de um ano na idade, há um aumento em 0,05% na probabilidade em "Confiar em Parte" e um aumento em 0,04% em "Confiar Muito" no Congresso naquele ano.

Observando a Escolaridade dos entrevistados, utilizando a categoria "Analfabeto" como base e mantendo as outras variáveis constantes, tem-se que há um aumento em 4,97% na probabilidade em "Confiar em Parte" e de 3,47% na probabilidade em "Confiar Muito" no Congresso quando se observa a categoria "Ensino Fundamental Incompleto"; com relação a categoria "Ensino Fundamental Completo", há um aumento na probabilidade em 5,84% de "Confiar em

<sup>6</sup> Para estimação completa, ver Apêndice A

Tabela 3 – Efeitos marginais após estimação do modelo *logit* - Congresso Nacional 2013

Variáveis	Não Confia		Confia em Parte		Confia Muito	
	dy/dx	P> z	dy/dx	P> z	dy/dx	P> z
Idade	-0,0009	0,068	0,0005	0,068	0,0004	0,069
Ens. Fund. Incomp.	-0,0845	0,014	0,0497	0,02	0,0347	0,008
Ens. Fund. Comp.	-0,1007	0,017	0,0584	0,019	0,0423	0,016
Ens. Médio. Comp.	-0,0912	0,009	0,0534	0,014	0,0379	0,005
Ens. Sup. Incomp.	-0,1335	0,001	0,0749	0,001	0,0585	0
Ens. Sup. Comp.	-0,1139	0,003	0,0652	0,005	0,0487	0,002
Aposentado/Pensionista	-0,0428	0,067	0,0227	0,059	0,0202	0,077
Agnóstico	-0,1215	0,005	0,0568	0,001	0,0648	0,014
Ateu	-0,1486	0,001	0,0661	0	0,0825	0,005
Mulher	0,0296	0,016	-0,0162	0,016	-0,0134	0,016

Nota – Mudança das variáveis *dummy* de 0 para 1

Nota – Pseudo R<sup>2</sup>=0,008

Nota – Elaboração do autor.

Parte” e de 4,2% em “Confiar Muito” no Congresso; mudando para a categoria “Ensino Médio Completo”, há um aumento na probabilidade em 5,34% em “Confiar em Parte” e de 3,78% em “Confiar muito” no Congresso; com relação ao “Ensino Superior Incompleto” há um aumento em 7,5% na probabilidade de “Confiar em parte” no Congresso e de 5,58% na probabilidade de “Confiar muito” no Congresso; Com “Ensino Superior Completo”, há um aumento na probabilidade em 6,5% de “Confiar em Parte” e em 4,86% de “Confiar Muito” no Congresso. Com relação a essas variáveis, percebe-se uma magnitude de confiança maior no “Ensino Superior Incompleto”.

De acordo com os resultados da "Situação Ocupacional", uma mudança da categoria base para a categoria "Aposentado/Pensionista", há um aumento em 2,27% de “Confiar em Parte” e de 2,01% de “Confiar muito” no Congresso. Com relação à religião, em comparação à categoria base, há um aumento na probabilidade em 5,67% de “Confiar em parte” no Congresso e de 6,48% “Confiar muito” no Congresso para aqueles ditos “Agnósticos” e um aumento na probabilidade de 6,60% para aqueles que “Confiam em parte” e de 8,25% para aqueles que “Confiam muito” no Congresso, para aqueles que se dizem “Ateu”.

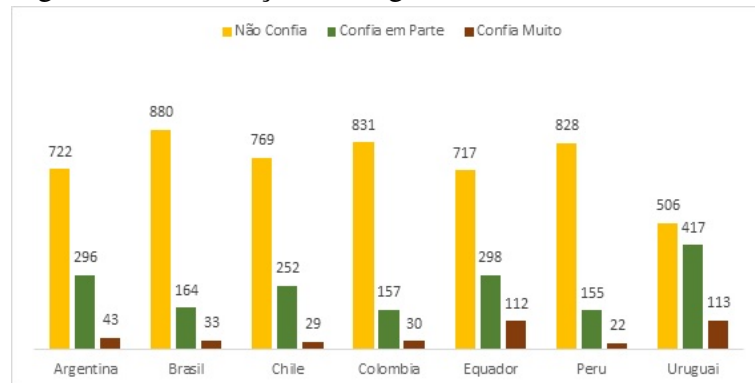
Quando se trata do sexo do entrevistado, há um aumento em 2,95% na probabilidade de “Não Confiar” no Congresso aqueles pertencentes ao sexo feminino. Para categorias referentes a “Estado Civil” e “Raça”, não foram obtidas categorias significativas.

Assim, há uma maior propensão em “Confiar”, principalmente se for categorizado como: “Ensino Superior Incompleto”, “Ensino Superior Completo”, no quesito escolaridade, “Ateu” e “Agnóstico”, quando se fala em religião.



Para o ano de 2015, os dados podem ser vistos na Figura 9.

Figura 9 – Confiança no Congresso Nacional, 2015



Nota – Elaboração do autor.

Para esse ano, houve um aumento na proporção em “Não Confiar” no Congresso no Brasil, saindo de, aproximadamente, 62% para 82%.

Os efeitos marginais podem ser vistos na Tabela 4<sup>7</sup>.

Tabela 4 – Efeitos marginais após estimação do modelo *logit* - Congresso Nacional 2015

Variáveis	Não Confia		Confia em Parte		Confia Muito	
	dy/dx	P> z	dy/dx	P> z	dy/dx	P> z
Idade	-0,0009	0,032	0,0007	0,032	0,0002	0,033
Ens. Sup. Incomp.	-0,0693	0,065	0,0520	0,069	0,0173	0,056
Assalariado	-0,0346	0,015	0,0263	0,015	0,0082	0,015
Temporariamente não trabalha	0,0536	0,013	-0,0420	0,014	-0,0116	0,011
Aposentado/Pensionista	-0,0795	0	0,0594	0	0,0200	0,001
Ateu	-0,1258	0,008	0,0895	0,005	0,0363	0,021
Mestiço	0,0582	0	-0,0441	0	-0,0141	0
Indígena	0,0706	0,012	-0,0537	0,014	-0,0169	0,007
Outras Etnias	0,0640	0,003	-0,0486	0,003	-0,0154	0,002

Nota – Mudança das variáveis *dummy* de 0 para 1

Nota – Pseudo R<sup>2</sup>=0,012

Nota – Elaboração do autor.

Os resultados referentes à idade são que a mudança em um ano na idade, aumenta a probabilidade em 0,07% em “Confiar em parte” no Congresso de seu país e em 0,02% em “Confiar Muito”. Aqueles que tem “Ensino Superior Incompleto”, há um aumento de 5,20% em “Confiar em Parte” e de 1,73% em “Confiar Muito”, em comparação à categoria base.

Sobre a “Situação Ocupacional”, há um aumento na probabilidade em “Confiar em parte” em 2,63% e em 0,8% em “Confiar Muito” quando se analisa a categoria “Assalariado”. Ademais, um aumento na probabilidade de “Confiar em Parte” em 5,94% e de “Confiar Muito”

<sup>7</sup> Para estimação completa, ver Apêndice A

em 2,0% quando se analisa a categoria “Aposentado/Pensionista”, essas duas últimas se utiliza da categoria “Independente/Autônomo” como categoria de referência. Sobre a categoria “Temporariamente não trabalha”, há um aumento em 5,36% na probabilidade em “Não Confiar” no Congresso, mantendo as outras variáveis constantes.

Há um aumento em 8,95% e 3,63% na probabilidade de “Confiar em Parte” e “Confiar Muito” no Congresso, respectivamente, quando se trata de “Ateu”. No tocante a “Raça”, há um aumento de 5,82% na probabilidade de “Não Confiar” no Congresso quando se analisa a categoria “Mestiço”, aumento em 7,06% na probabilidade em “Não Confiar” quando se trata da categoria “Indígena” e 6,4% quando se trata da categoria “Outras Etnias”. “Sexo” e “Estado Civil” não possuem variáveis significantes a 90%.

Entre aqueles que “Não Confiam”, há uma maior propensão de ser da raça “Indígena” e entre aqueles que “Confiam”, há uma maior propensão em estar na categoria “Ateu”, bem como ser “Aposentado/Pensionista” e/ou classificado como tendo “Ensino Superior Incompleto”. Ser “Mulher” se manteve em 2008 e 2013 em que “Não Confia” no Congresso. “Mestiço” e “Indígena” estão presentes em 2008 e em 2015. As categorias “Ensino Superior Incompleto”, “Aposentado/Pensionista” e “Ateu” são as que “Confiam” no Congresso e se mantêm nos anos de 2013 e 2015. As categorias de raça “Mestiço” e “Indígena” se fazem presentes quando se analisa a confiança no Congresso Nacional, no tocante “Não Confiar”.

Como visto acima, para o ano de 2015, foi obtido que existe uma probabilidade maior em “Não Confiar” no Congresso Nacional por categorias étnicas como ser “Indígena” (probabilidade aumenta em 7,05%), “Mestiço” (probabilidade aumenta em 5,82%) e de “Outras Etnias” (probabilidade aumenta em 6,4%), em 2008 as probabilidades de “Não Confiar” no Congresso para as etnias “Mestiço” e “Indígenas” aumentavam em, respectivamente, 8,92% e 8,13%.

Para explicar sobre esses resultados, vê-se que na Colômbia existe uma reserva de cadeiras no legislativo para aqueles de etnia indígena. A Argentina elegeu seu primeiro representante indígena em 2007. No Uruguai, existia um mito de que não se existiam indígenas naquele país, mas quando adicionados a etnia “indígena” em suas pesquisas, 5% da população se auto-considera de origem indígena. Ademais, há desrespeito dos “Branco” em relação aos indígenas. Especialmente em relação às terras. Especialmente quando essas possuem recursos minerais.

Sobre aqueles que se consideram mestiços e negros, a população da América Latina

é tida como “Mestiça”, mas que a maioria daqueles que estão se fazendo presentes no Congresso Nacional são daqueles que se autodenominam “Branços”. Assim, percebe-se que a “Não Confiança” dessa etnia em seus Congressos talvez se deva à falta de participação dessas etnias no papel de legisladores.

Uma renovação no parlamento poderia incorporar ideias e práticas inovadoras para uma recuperação da confiança dos cidadãos na Democracia e em um Congresso revitalizado, criando um ambiente propício à cooperação e entendimentos entre as partes envolvidas. Quem era considerado “Mulher” apareceu nos anos de 2008 e 2013 como não confiantes ao Congresso Nacional.

Fazendo um estudo similar ao de etnias indígenas, a participação de representantes no Congresso Nacional do sexo feminino ainda é baixa na América Latina, mesmo com leis que garantem uma cota mínima para cada gênero em determinados países. Argentina é a que possui maior porcentagem na América Latina, com 39,2% dos legisladores nacionais do sexo feminino. No Uruguai, a representação feminina é de 19,37% dos parlamentares; No Chile, essa representação chega a 15,82% e no Brasil é de 8,6% (Dados do Banco Mundial – Ranking Presença Feminina). Assim, com o Congresso não representando a maioria do sexo feminino, é de se esperar uma desconfiança daqueles que estão elaborando leis para a população.

Uma outra característica daqueles que não confiam no Congresso Nacional é daqueles que “Temporariamente não trabalham”. Talvez pela conjuntura econômica, as pessoas que estão temporariamente sem trabalho têm uma probabilidade maior em 5,36% de aparecer na amostragem, levando em consideração a categoria base, de acordo com o ano de 2015. Como visto no cenário econômico, os índices de desemprego nos países da América Latina vêm aumentando ao longo dos últimos anos e essa piora no índice pode refletir no grau de confiança dos indivíduos com aqueles que estão legislando pelo bem da população. Acerca de quem “Confia em Parte” ou “Confia Muito” no Congresso Nacional, têm-se aqueles que possuem algum grau de escolaridade, principalmente entre aqueles que tem “Ensino Superior Incompleto” ou “Completo”, com probabilidade de aumento em 13,34% e 11,39%, respectivamente, em comparação à categoria base para o ano de 2013. Já em 2015, “Aposentados/Pensionistas” e “Assalariados” apareceram como aqueles que “Confiam em Parte” ou “Muito” no Congresso Nacional, com uma probabilidade maior em 7,95% e 3,45%, respectivamente.

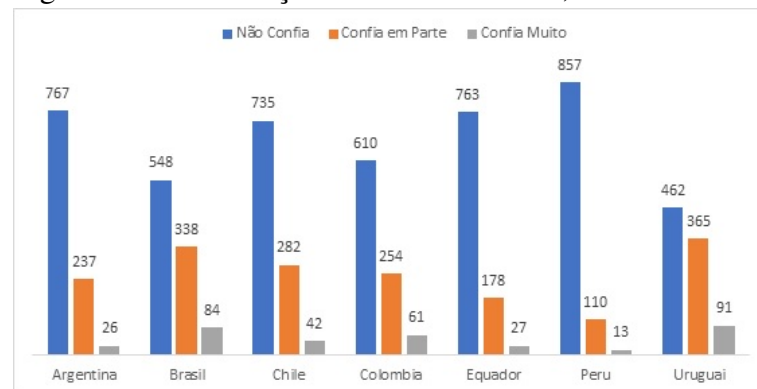
Um ponto interessante é que “Agnósticos” e “Ateus” surgem com uma probabilidade maior em “Confiar” no Congresso Nacional, 12,15% e 14,85%, para o ano de 2013 e 6,82% e

12,58%, para o ano de 2015. De acordo com os resultados obtidos, pode-se inferir que aqueles que provavelmente possuem uma renda fixa têm uma probabilidade mais alta em “Confiar” no Congresso Nacional pois estariam em uma zona de conforto, já aqueles que não possuem renda ou não possuem representatividade no Congresso tem uma probabilidade maior em “Não Confiar”.

#### 4.2.2 Confiança no Poder Judiciário

Analisando a Confiança no Poder Judiciário no ano de 2008, têm-se os seguintes resultados

Figura 10 – Confiança no Poder Judiciário, 2008



Nota – Elaboração do autor.

Grande parte dos entrevistados “Não Confiar” no seu Poder Judiciário, assim como foi visto com o Congresso, com exceção do Uruguai, que tem uma diferença menor entre as categorias “Não Confiar” e “Confiar em Parte”. O “Não Confiar” supera em muito as outras duas categorias. Os efeitos marginais dessa variável podem ser vistos na Tabela 5<sup>8</sup>.

Não foram encontradas variáveis *dummy* que fossem significantes quando se estuda o nível de escolaridade dos entrevistados. Tratando de situação ocupacional, considerando a saindo da categoria base, “Independente/Autônomo”, mantendo todas as outras variáveis constantes, para a categoria "Assalariado", há um aumento em 3,06% na probabilidade de “Confiar em Parte” e um aumento em 0,9% a probabilidade em “Confiar Muito” no Poder Judiciário.

Acerca do estado civil, mantendo as variáveis constantes, saindo da categoria base (Solteiro) para a categoria Separado/Divorciado/Viúvo, há um aumento na probabilidade em 3,81% em “Não Confiar” no Poder Judiciário. Sobre a religião, há um aumento em 3,9% na probabilidade em “Não Confiar” no Poder Judiciário, quando se trata da religião “Católica”,

<sup>8</sup> Para estimação completa, ver Apêndice B

Tabela 5 – Efeitos marginais após estimação do modelo *logit* - Poder Judiciário, 2008

Variáveis	Não Confia		Confia em Parte		Confia Muito	
	dy/dx	P> z	dy/dx	P> z	dy/dx	P> z
Assalariado	-0,0400	0,008	0,0306	0,008	0,0091	0,009
Separado/Divorciado/Viúvo	0,0382	0,069	-0,0298	0,07	-0,0084	0,067
Católico	0,0394	0,028	-0,0303	0,026	-0,0092	0,034
Mov. Restaurador	0,0932	0,062	-0,0729	0,068	-0,0204	0,043
Mestiço	0,0955	0	-0,0748	0	-0,0206	0
Indígena	0,0831	0,002	-0,0648	0,002	-0,0182	0,001
Outras Etnias	-0,0558	0,028	0,0412	0,025	0,0146	0,039

Nota – Mudança das variáveis *dummy* de 0 para 1

Nota – Pseudo R<sup>2</sup>=0,013

Nota – Elaboração do autor.

saindo da categoria base ("Nenhuma Religião"); ademais, ainda mantendo as variáveis constantes, saindo da categoria base da religião, há um aumento em 9,32% na probabilidade em “Não Confiar” no Poder Judiciário, quando se trata da categoria “Movimento Restaurador”. A *dummy* referente a sexo não é significativa a 90%.

Analisando as estimações acerca da raça dos entrevistados, saindo da categoria base ("Branco") para a categoria "Mestiço", há um aumento em 9,54% na probabilidade de um entrevistado nessa categoria “Não Confiar” no Poder Judiciário. Quando se trata da categoria “Indígena”, há um aumento em 8,3% a probabilidade de “Não Confiar” no Poder Judiciário, em comparação à categoria base. Ainda sobre raça, quando se trata de “Outras Etnias”, há um aumento em 4,1% da probabilidade em “Confiar em parte” no Poder Judiciário e um aumento em 1,45% na probabilidade em “Confiar Muito” no Poder Judiciário, tendo as outras variáveis constantes e usando a categoria base como referência.

Com maiores propensões a “Não Confiar” dos que se disseram pertencentes a alguma religião do “Movimento Restaurador”, da raça “Mestiço” ou “Indígena”.

Para o ano de 2013, os dados obtidos podem ser vistos na figura 11.

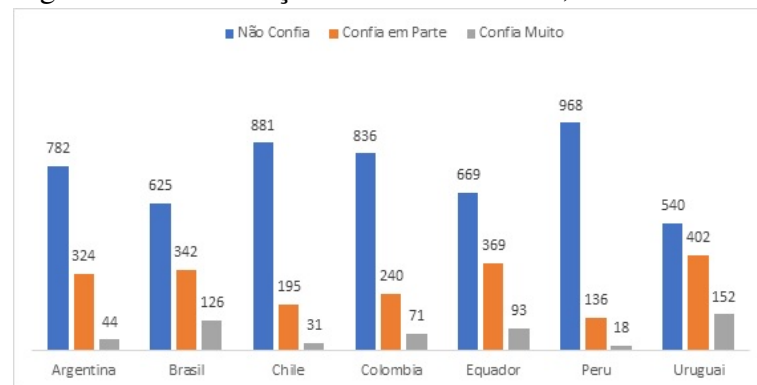
De acordo com o gráfico elaborado, o “Não Confia” continua como categoria de maior resposta. Uruguai continua com respostas mais proporcionais e o Peru com o menor número de entrevistados que “Confia Muito” em seu Poder Judiciário, seguindo a mesma característica do ano de 2008.

Os efeitos marginais podem ser vistos na Tabela 6<sup>9</sup>.

O efeito marginal referente à idade dos entrevistados após a estimação, mantendo todas as outras variáveis constantes, é de que com o aumento em um ano na idade do entrevistado,

<sup>9</sup> Para estimação completa, ver Apêndice B

Figura 11 – Confiança no Poder Judiciário, 2013



Nota – Elaboração do autor.

Tabela 6 – Efeitos marginais após estimação do modelo *logit* - Poder Judiciário, 2013

Variáveis	Não Confia		Confia em Parte		Confia Muito	
	dy/dx	P> z	dy/dx	P> z	dy/dx	P> z
Idade	0,0012	0,013	-0,0008	0,013	-0,0003	0,013
Ens. Fund. Incomp.	-0,0584	0,083	0,0416	0,09	0,0168	0,067
Ens. Sup. Incomp.	-0,0939	0,014	0,0656	0,016	0,0283	0,011
Ens. Sup. Comp.	-0,0726	0,055	0,0513	0,059	0,0213	0,047
Assalariado	-0,0293	0,039	0,0208	0,039	0,0085	0,04
Aposentado/Pensionista	-0,1099	0	0,0748	0	0,0351	0
Separado/Divorciado/Viúvo	-0,0511	0,014	0,0356	0,013	0,0154	0,017
Evangélico	-0,0406	0,060	0,0283	0,060	0,0123	0,061
Agnóstico	-0,0886	0,043	0,0601	0,035	0,0286	0,064
Mestiço	0,0433	0	-0,0305	0	-0,0129	0
Indígena	0,0962	0,001	-0,0693	0,001	-0,0269	0

Nota – Mudança das variáveis *dummy* de 0 para 1

Nota – Pseudo R<sup>2</sup>=0,009

Nota – Elaboração do autor.

aumenta-se em 0,12% a probabilidade de “Não Confiar” no Poder Judiciário naquele ano.

Com relação à “Escolaridade”, a probabilidade aumenta em 4,16% de “Confiar em Parte” e aumenta em 1,68% a probabilidade de “Confiar Muito” no Poder Judiciário, quando o entrevistado tem o “Ensino Fundamental Incompleto”, em comparação à categoria base. Quando o entrevistado tem o “Ensino Superior Incompleto”, aumenta-se em 6,56% a probabilidade de “Confiar em Parte” no Poder Judiciário e aumenta em 2,83% a probabilidade de “Confiar Muito” no Poder Judiciário, em comparação à categoria base. Quando o entrevistado é categorizado como “Ensino Superior Completo”, aumenta-se a probabilidade em 5,13% de “Confiar em Parte” no Poder Judiciário e em 2,13% a probabilidade em “Confiar Muito”.

Analisando a “Situação Ocupacional”, em comparação à categoria base, há um aumento na probabilidade de “Confiar em Parte” na magnitude de 2,08% e um aumento de 0,85% na probabilidade de “Confiar Muito” quando analisa-se a categoria “Assalariado”. Quando

se trata da categoria “Aposentado/Pensionista”, mantendo as outras variáveis constantes e em comparação à categoria base, há um aumento em 7,48% na probabilidade de “Confiar em Parte” e um aumento em 3,51% na probabilidade de “Confiar Muito” no Poder Judiciário naquele ano. Acerca do “Estado Civil”, em comparação à categoria base, há um aumento em 3,56% na probabilidade de “Confiar em Parte” e um aumento em 1,54% na probabilidade de “Confiar Muito” no Poder Judiciário.

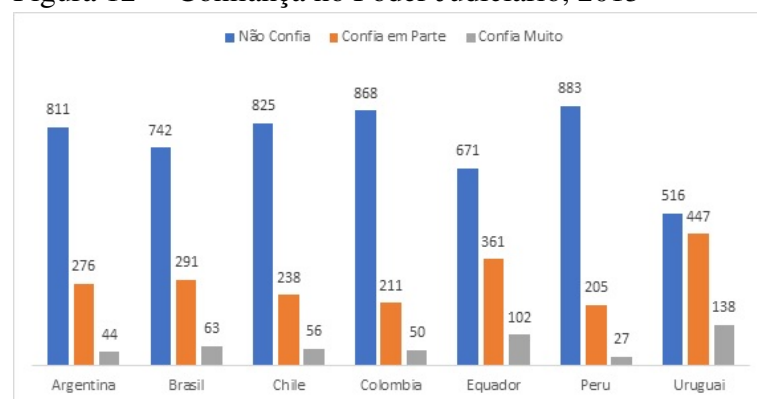
No tocante a “Religião”, há um aumento na probabilidade de 2,83% em “Confiar em Parte” e aumento em 1,23% a probabilidade de “Confiar Muito”, quando se considera a categoria “Evangélico”. Analisando a categoria “Agnóstico”, há um aumento de 6,00% na probabilidade de “Confiar em Parte” e um aumento em 2,86% na probabilidade de “Confiar Muito”, levando em consideração a categoria base.

Quando se trata da “Raça”, em relação à categoria base e mantendo as outras variáveis constantes, há um aumento em 4,33% na probabilidade de “Não Confiar” no Poder Judiciário para aqueles que se consideram “Mestiço” e um aumento em 9,62% na probabilidade de “Não Confiar” no Poder Judiciário quando se analisa a categoria “Indígena”.

Acerca de “Não Confiar”, a propensão é maior entre aqueles que se consideram “Indígenas”. Quando se trata de “Confiar”, “Aposentado/Pensionista”, “Ensino Superior Incompleto” e “Agnóstico” são os que possuem maiores propensões a confiar no Poder Judiciário.

Já para 2015, os dados obtidos podem ser vistos na figura a seguir.

Figura 12 – Confiança no Poder Judiciário, 2015



Nota – Elaboração do autor.

Nota-se uma mesma característica dos outros anos estudados. Com uma proporção dos entrevistados bastante elevada quando se observa a opção “Não confia”. Uruguai seguindo uma proporção semelhante aos outros anos.

Os efeitos marginais podem ser vistos na Tabela 7 a seguir<sup>10</sup>.

Tabela 7 – Efeitos marginais após estimação do modelo *logit* - Poder Judiciário, 2015

Variáveis	Não Confia		Confia em Parte		Confia Muito	
	dy/dx	P> z	dy/dx	P> z	dy/dx	P> z
Ens. Sup. Incomp.	-0,0693	0,023	0,0636	0,026	0,0245	0,017
Assalariado	-0,0346	0,096	0,0179	0,097	0,0064	0,097
Temporariamente não trabalha	0,0536	0,027	-0,0382	0,028	-0,0121	0,023
Aposentado/Pensionista	-0,0795	0	0,0640	0	0,0256	0
Separado/Divorciado/Viúvo	0,0146	0,023	-0,0321	0,023	-0,011	0,022
Outras Religiões	-0,0775	0,074	0,0546	0,064	0,0229	0,1
Ateu	-0,1258	0,051	0,0667	0,04	0,0291	0,08
Mestiço	0,0582	0	-0,0376	0	-0,0135	0

Nota – Mudança das variáveis *dummy* de 0 para 1

Nota – Pseudo R<sup>2</sup>=0,009

Nota – Elaboração do autor.

Analisando os resultados dos efeitos marginais referentes à Confiança no Judiciário para o ano de 2015, encontram-se as categorias *dummy* “Temporariamente não trabalha”, “Separado/Divorciado/Viúvo” e “Mestiço” em que há um aumento na probabilidade em “Não Confiar” no Poder Judiciário daquele ano em 5,36%, 1,46% e 5,82%, respectivamente, levando em consideração suas categorias de referência. No sentido contrário, as categorias *dummy* “Ensino Superior Incompleto”, “Assalariado”, “Aposentado/Pensionista”, “Outras Religiões” e “Ateu” aumentam a probabilidade em “Confiar em Parte” em 6,36%, 1,79%, 6,40%, 5,46% e 6,67%, respectivamente. Acerca de “Confiar Muito”, a probabilidade aumenta em 2,45%, 0,64%, 2,56%, 2,29% e 2,91%, referente as *dummies* citadas acima, respectivamente.

Entre quem “Não Confia”, há uma maior propensão em ser “Mestiço” e/ou “Temporariamente não trabalha”. Entre quem “Confia”, há uma maior propensão naqueles que são “Ateu” e/ou pertencer a “Outras Religiões”, “Aposentado” e/ou ter “Ensino Superior Incompleto”.

O que se percebe, ao longo desses anos, é que existe uma mudança entre determinadas categorias acerca de “Confiar” ou “Não Confiar” nas instituições estudadas. Em 2008, houve uma maior propensão a “Não Confiar” por boa parte das categorias estudadas. Já em 2013, percebe-se uma mudança de comportamento, em que algumas categorias são mais propensas a “Confiar” e outras a “Não Confiar”, bem como acontece em 2015.

“Assalariado” é a única que se mantém nos três anos estudados quando se “Confia” no Poder Judiciário. “Ensino Superior Incompleto”, “Assalariado”, “Separado/Divorciado/Viúvo” se mantêm em 2013 e 2015 em que se “Confia” no Poder Judiciário.

<sup>10</sup> Para estimação completa, ver Apêndice B



O que se pode inferir acerca da confiança no Poder Judiciário? Na América Latina, a formação do Poder Judiciário varia de país para país. Em alguns, os juízes são alocados por meritocracia e outros, ainda, por apadrinhamento. Como pode ser visto em Engelmann *et al.* (2015, p.23),

Os mecanismos de recrutamento dos membros do poder judicial variam dentro do mesmo sistema e tendem a se tornar, em todos os casos, mais politizados conforme sobem para a cúpula judicial. O caso chileno é onde o Judiciário possui maior autonomia no processo de seleção de juízes, mesmo para as cortes supremas, destacando-se o corporativismo e a capacidade unificadora da escola judicial. Já a Colômbia, poderia se aproximar do padrão chileno por apresentar autonomia na escolha dos juízes, no entanto, ao contrário da estrutura hierarquizada e disciplinada que orienta o recrutamento do Judiciário chileno, a Corte Suprema nem sempre se baseou na meritocracia durante este processo utilizando-se mais do apadrinhamento e do clientelismo na ascensão dos magistrados. O caso brasileiro, por sua vez, se destaca por concursos públicos para as magistraturas de primeiro grau bastante consolidados e, apesar de já ter apresentado Ministros do Supremo Tribunal atrelados politicamente ao Executivo nos últimos anos as indicações estão sendo feitas por critérios compósitos entre mérito e ligações políticas com os partidos governantes. Entre este grupo, o Brasil é o único país que o Judiciário não exerce grande influência sobre a nomeação dos juízes das altas cortes, no entanto, a politização resultante deste padrão é muito inferior ao caso da Argentina, por exemplo, que apresenta mecanismo semelhante.

Assim, devido a determinados atos do Poder Judiciário, favorecendo (ou desfavorecendo) categorias da população, pode gerar um descontentamento ou desconfiança da população com este Poder. A população não tem oportunidade de escolher aqueles que compõem esse poder. Percebe-se, pelos resultados, que a categoria “Mestiço” foi a única presente em todos os anos estudados como categoria que “Não Confia” no Poder Judiciário e que “Assalariado” foi a única presente em todos os anos como categoria que “Confia Muito” ou “em Parte” no Poder Judiciário, como dito anteriormente.

### **4.2.3 Ambiente Cooperativo**

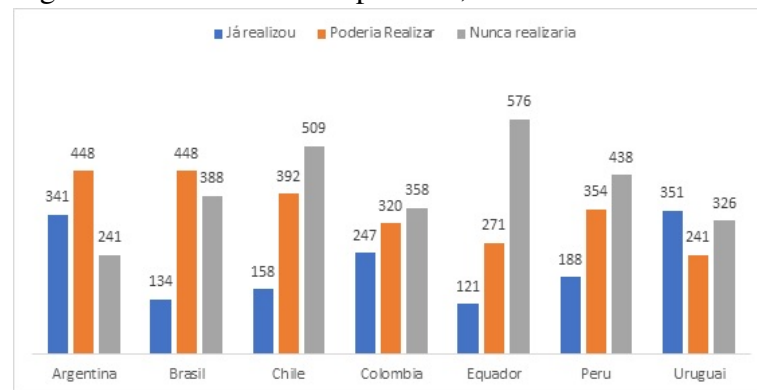
Para compreender como se comporta o entrevistado em uma situação de cooperação, a variável dependente é “Assinar uma petição em prol da comunidade”. Os anos desse estudo são 2008 e 2015.

Para o ano de 2008, os dados podem ser vistos na Figura 13<sup>11</sup>.

Dadas as respostas obtidas, existe uma grande propensão em agir em prol de um bem comum em alguns países como Uruguai, Argentina, Brasil, Colômbia e Peru, em que o número

<sup>11</sup> Para estimação completa, ver Apêndice C

Figura 13 – Ambiente cooperativo, 2008



Nota – Elaboração do autor.

de entrevistados “Já ter realizado” ou “Poderia realizar” determinado ato é maior que aqueles que “Nunca realizariam”. No Equador, os entrevistados se mostraram contra esse tipo de ação.

Os resultados dos efeitos marginais podem ser vistos na Tabela 8.

Tabela 8 – Efeitos marginais após estimação do modelo *logit* - Ambiente cooperativo, 2008

Variáveis	Não Realizaria		Poderia Realizar		Já Realizou	
	dy/dx	P> z	dy/dx	P> z	dy/dx	P> z
Idade	-0,0013	0,003	0,0003	0,003	0,0009	0,003
Ens. Fund. Incomp.	-0,1397	0	0,07515	0	0,0645	0
Ens. Fund. Comp.	-0,1874	0	0,0948	0	0,0927	0
Ens. Med. Incomp.	-0,2660	0	0,1178	0	0,1482	0
Ens. Med. Comp.	-0,2579	0	0,11606	0	0,1419	0
Ens. Sup. Incomp.	-0,3764	0	0,1211	0	0,2552	0
Ens. Sup. Comp.	-0,3977	0	0,1162	0	0,2815	0
Não trabalha/responsável pelas compras	0,0575	0,001	-0,0188	0,001	-0,0387	0,001
Casado/Com companheiro	-0,0545	0	0,0157	0	0,0388	0
Católico	0,06418	0	-0,0142	0	-0,0499	0
Evangélico	0,0741	0,001	-0,0173	0,002	-0,0569	0,001
Mov. Restaurador	0,1736	0,001	-0,0570	0,018	-0,1166	0
Mestiço	0,0720	0	-0,0210	0	-0,0509	0

Nota – Mudança das variáveis *dummy* de 0 para 1

Nota – Pseudo R<sup>2</sup>=0,035

Nota – Elaboração do autor.

De acordo com os resultados obtidos, quando se analisa a variável dependente em relação aos anos de estudo, existe uma propensão maior em realizar ato colaborativo. Mantendo todas as outras variáveis constantes, em comparação à categoria base, há um aumento em quase 40% a probabilidade de realizar ato em prol da comunidade. Entre esses 40%, 28% “Já Realizou” e quase 12% “Poderia Realizar”.

Acerca da idade do entrevistado, com o aumento em um ano na idade, existe um aumento de 0,03% na probabilidade em que o entrevistado “Poderia realizar” determinado

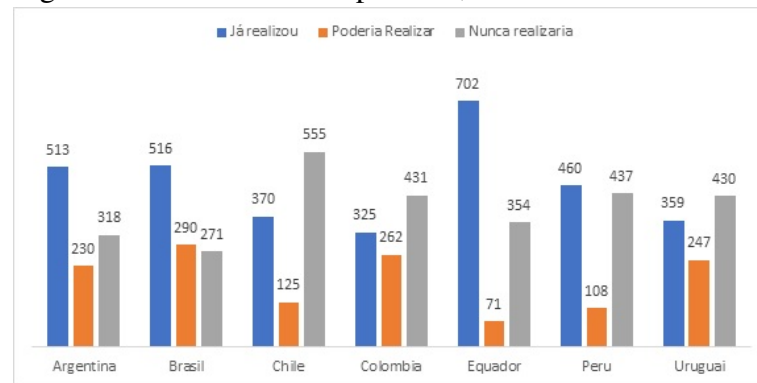
ato e de 0,09% em “Já ter realizado”. A respeito da situação ocupacional dos entrevistados, mantendo todas as outras variáveis constantes, há um aumento em 5,75% na probabilidade de quem “Não trabalha ou é responsável pelas compras e tarefas domésticas” em “Não realizar” tal ato cooperativo com sua comunidade, com referência à sua categoria base.

Quem é “Casado ou vive com companheiro” aumenta a probabilidade em 5,45% em “Poder realizar” tal ato ou de “Já ter realizado”, mantendo as outras variáveis constantes e em referência à sua categoria base. Quando se analisa a religião, quem se considera “Católico”, “Evangélico” ou pertencente a alguma religião do “Movimento Restaurador”, a propensão é de que “Nunca realizaria” determinado ato de cooperação, com uma maior propensão daqueles que são do “Movimento Restaurador”, com um aumento da probabilidade em 17,34% em comparação à categoria base, contra 6,74% e 7,74% das religiões “Católica” e “Evangélica”, respectivamente.

Quem se considera “Mestiço”, há um aumento em 7,2% na probabilidade em “Nunca realizar determinado ato, em comparação à categoria base e mantendo as outras variáveis constantes.

Analisando o ano de 2015, os dados podem ser vistos na Figura 14.

Figura 14 – Ambiente cooperativo, 2015



Nota – Elaboração do autor.

Continua-se com uma propensão maior dos entrevistados em “Já ter realizado” ou de que “Poderia Realizar” determinado ato de cooperação em seus respectivos países. Nota-se uma redução nas colunas cinzas, em comparação a 2008. Somente o Chile possui uma coluna “Nunca Realizaria” maior que a soma das outras duas.

Segue-se a tabela com os efeitos marginais das variáveis consideradas significativas a 90% <sup>12</sup>.

Com relação à “Escolaridade” dos entrevistados, segue com a mesma propensão

<sup>12</sup> Para estimação completa, ver Apêndice B

Tabela 9 – Efeitos marginais após estimação do modelo *logit* - Ambiente cooperativo, 2015

Variáveis	Não Realizaria		Poderia Realizar		Já Realizou	
	dy/dx	P> z	dy/dx	P> z	dy/dx	P> z
Ens. Fund. Comp.	-0,1296	0,002	0,0012	0,76	0,1284	0,001
Ens. Med. Incomp.	-0,1213	0,002	0,0019	0,603	0,1194	0,001
Ens. Med. Comp.	-0,1248	0,001	0,0017	0,651	0,12323	0
Ens. Sup. Incomp.	-0,0773	0,055	0,0038	0,301	0,0736	0,048
Ens. Sup. Comp.	-0,1385	0	0,0004	0,925	0,1381	0
Temporariamente não trabalha	-0,0383	0,079	-0,0027	0,183	0,0411	0,085
Não trabalha ou respons. pelas compras e tarefas	0,0578	0,001	-0,0002	0,822	-0,0577	0,001
Mov. Restaurador	0,1312	0,012	-0,0071	0,313	-0,1241	0,006
Outras Religiões	-0,0897	0,014	-0,0102	0,122	0,0999	0,019
Agnóstico	-0,0651	0,085	-0,0060	0,257	0,0711	0,098
Mestiço	0,0790	0	0,0025	0,001	-0,0815	0

Nota – Mudança das variáveis *dummy* de 0 para 1

Nota – Pseudo R<sup>2</sup>=0,017

Nota – Elaboração do autor

vista em 2008. Aqueles que foram categorizados como “Ensino Superior Completo”, há um aumento na probabilidade em 13,8% em “Já ter realizado” determinado ato cooperativo. Em comparação à categoria base e mantendo as outras variáveis constantes.

Quem “Temporariamente não trabalha”, aumenta-se em 4,11% a probabilidade de “Já ter realizado” tal ato cooperativo, quando comparado à categoria base e mantendo as outras variáveis constantes. De acordo com os entrevistados que disseram que “Não trabalhava ou era responsável pelas compras e tarefas domésticas”, há um aumento de 5,78% na probabilidade em “Nunca realizar” tal ato, mantendo as outras variáveis constantes e em referência à categoria base. Probabilidade semelhante ao obtido em 2008.

Quando se observa as religiões, há um aumento na probabilidade de 13,12% de que “Nunca Realizaria” tal ato entre aqueles que se dizem parte do “Movimento Restaurador”. Quem se diz de “Outras Religiões” ou “Agnóstico”, há um aumento em 10% e 7,11%, respectivamente, na probabilidade de “Já ter realizado” tal ato de cooperação, mantendo as outras variáveis constantes e em referência à categoria base.

Entre os que se consideram “Mestiço”, há um aumento em 7,90% na probabilidade de “Nunca realizar” determinado ato, mantendo as outras variáveis constantes e em referência à categoria base. Resultado similar ao obtido em 2008.

Tratando de Ato Cooperativo, percebe-se uma constância entre o ano de 2008 e o de 2015. Não há mudanças significativas entre os países ao longo dos anos, diferenciando do que foi visto quando se analisou acerca da confiança em duas instituições.

Mas que conclusões podem ser tiradas acerca do ambiente cooperativo? Pelos dados,

percebe-se que as categorias de religião “Católico”, “Evangélico” e “Movimento Restaurador” aparecem com uma maior probabilidade de aparecer, com 6,41%, 7,41% e 17,36%, respectivamente, para o ano de 2008. E o “Movimento Restaurador” aparece outra vez no ano de 2015, com uma probabilidade bem alta também, 13,11%. Em ambos os anos, referente ao fato de que “Nunca Realizaria” determinado ato cooperativo em benefício da comunidade, no caso, assinar uma petição.

Putnam *et al.* (1993) já dizia que “laços verticais de autoridade são mais característicos da Igreja Católica do que laços horizontais de associação/amizade” e isso, para ele, pode desencorajar a formação de confiança, conseqüentemente, de cooperação. Porta *et al.* (1999, p.317) já havia previsto possível relação entre religião e cooperação. Para ele “países com religiões hierarquicamente dominantes possuem judiciários menos eficientes, maior corrupção, burocracia de qualidade baixa, altas taxas de evasão de impostos, baixas taxas de participação em atividades cívicas e associações profissionais, (...), infraestruturas inferiores e alta inflação”. O papel da religião está sempre presente quando se trata de capital social, de uma maneira negativa (PORTA *et al.*, 1999; PUTNAM, 1993; NICLAS; HENRIK, 2006). Assim podendo ser notado nos resultados obtidos por este trabalho.

Acerca de escolaridade, quem possui maior grau de escolaridade (“Ensino Superior Completo”) possui uma maior probabilidade de “Já ter realizado” ou “Realizaria” determinado ato cooperativo, em ambos os anos.

## 5 CONCLUSÕES E SUGESTÕES

Este trabalho teve como objetivo identificar quais são os principais determinantes de confiança em duas instituições (o Congresso Nacional e o Poder Judiciário) e como se comportavam os determinantes acerca de possível ato cooperativo dos indivíduos na América Latina, utilizando os dados referentes aos seguintes países: Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Peru e Uruguai.

Para chegar ao resultado, foi-se necessário caracterizar e definir o conceito de capital social, elucidar suas características e identificar a participação da confiança e cooperação na construção desse capital. O estudo foi feito pelo LatinoBarómetro.

De acordo com os dados, percebe-se uma grande propensão a “Não Confiar” em determinadas instituições. As categorias referentes a etnia/raça aparecem em 2008 e 2015, com uma grande probabilidade de não confiar no Congresso Nacional e no Poder Judiciário. Quem aparece com probabilidade em “Confiar” nestas instituições são aqueles categorizados como “Aposentados ou Pensionistas” e aqueles que possuem um maior grau de escolaridade.

Ou seja, não pode se basear em dados referentes a um único período de tempo. Quando se trata de capital social, os determinantes se modificam ao longo dos anos, dependendo de como os agentes agem, em prol do desenvolvimento de uma sociedade ou não, para a criação de um capital social positivo ou negativo.

Mas o principal ponto levantado é acerca da construção do capital social. Se uma sociedade não confia em suas instituições ou não age de maneira a colaborar em benefício de uma sociedade, o desenvolvimento econômico pode vir a passos lentos. Ademais, se a qualidade das instituições é fraca (havendo muitas mudanças ou modificações), haverá uma maior propensão em não confiar nelas.

Incluir e renovar aqueles que estão à frente do Congresso Nacional pode ser um ponto a se trabalhar nesses países, além de promover participação entre os agentes. Votar e pôr em pauta discussões sobre aqueles que não tem muita representatividade também pode ser um ponto a se desenvolver, utilizando as categorias que menos se confia.

Ademais, na construção das instituições, é necessário haver uma maior participação das mais diversas categorias da sociedade, bem como representações das maiorias e minorias, uma vez que entender a realidade do outro é diferente de estar na pele dele. A América Latina é a região que mais possui países com níveis baixos de confiança e cooperação, podendo esse ser um entrave ao desenvolvimento desta mesma região. Com o tempo e participação de todos, os níveis

de confiança e cooperação podem melhorar e o capital social pode ser melhor desenvolvido, garantindo crescimento e desenvolvimento econômico a todos que convivem nessa região.

O capital social social é uma variável com alto grau de intangibilidade e mensuração, mas que tem uma influência forte no desenvolvimento das nações. Uma ideia para futuros trabalhos é entender os países individualmente, conhecendo o que determina a confiança e cooperação em âmbito local, incluindo características locais e analisando ao longo dos anos.

## REFERÊNCIAS

- AMARAL FILHO, J. d. Capital social, cooperação e alianças entre os setores público e privado no ceará. **Políticas Públicas e Sociedade**, MAPPS/UECE, v. 1, n. 6, p. 23–39, 2003.
- ARROW, K. J. **The Limits of Organization**. New York: W.W. Norton, 1974.
- AXELROD, R.; HAMILTON, W. D. The evolution of cooperation. **Science**, American Association for the Advancement of Science, New York, v. 211, n. 4489, p. 1390–1396, 1981.
- AXELROD, R.; KEOHANE, R. O. Achieving cooperation under anarchy: Strategies and institutions. **World Politics**, v. 38, n. 1, p. 226–254, 1985.
- BARR, A. Trust and expected trustworthiness : Experimental evidence from zimbabwean villages. **The Economic Journal**, n. 113, p. 614–630, 2003.
- BEN-PORATH, Y. The f-connection: Families, friends, and firms and the organization of exchange. **Population and Development Review**, John Wiley and Sons, v. 6, 03 1980.
- BOUMA, J.; BULTE, E.; SOEST, D. van. Trust, trustworthiness and cooperation: Social capital and community resource management. **Journal of Environmental Economics and Management**, 01 2008.
- BOURDIEU, P. Le capital social. **Actes de la Recherche en Sciences Sociales**, Maison des sciences de l’homme, v. 31, n. 1, p. 2–3, 1980.
- BURKS, S.; CARPENTER, J. P.; VERHOOGEN, E. Playing both roles in the trust game. **Journal of Economic Behavior Organization**, v. 51, p. 195–216, 06 2003.
- CHHIBBER, A. Social capital, the state, and development outcomes. In: DASGUPTA, P.; SERAGELDIN, I. (Org.). **Social Capital: A Multifaceted Perspective**. Washington D.C.: The World Bank, 1999. p. 296–309.
- COLEMAN, J. S. Social capital in the creation of human capital. **American Journal of Sociology**, University of Chicago Press, v. 94, p. S95–S120, 1988.
- DASGUPTA, P. Trust and cooperation among economic agents. **Philosophical Transactions of the Royal Society B**, n. 364, p. 3301–3309, 2009.
- DUGATKIN, L. Cooperation among animals: An evolutionary perspective. **Bioscience**, v. 48, 01 1997.
- ENGELMANN, F.; BANDEIRA, J. V. V. M.; PERDOMO, R. P. P. Elites judiciais e independência do poder judiciário na américa latina: uma proposta de análise. In: **VIII Congresso Latinoamericano de Ciência Política**. Lima, Peru: Asociación Latinoamericana de Ciencia Política - ALACIP, 2015.
- FEHR, E.; GÄCHTER, S. Cooperation and punishment in public goods experiments. **The American Economic Review**, American Economic Association, v. 90, n. 4, p. 980–994, 2000.
- FIANI, R. **Teoria Dos Jogos**. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2015.
- FISCHBACHER, U.; GÄCHTER, S.; FEHR, E. Are people conditionally cooperative? evidence from a public goods experiment. **Economics Letters**, v. 71, n. 3, p. 397 – 404, 2001.



FUKUYAMA, F. **Confiança: as Virtudes Sociais e a Criação da Prosperidade**. Rio de Janeiro: Editora Rocco, 1996.

GACHTER, S.; HERRMANN, B.; THONI, C. Culture and cooperation. **Philosophical Transactions of the Royal Society of London B: Biological Sciences**, The Royal Society, v. 365, n. 1553, p. 2651–2661, 2010.

GEORGANTZIS, N.; LACOMBA, J. A.; LAGOS, F.; MILGRAM, J. Trust and reciprocity among Mediterranean countries. **Working Papers**, n. 2013/09, 2013.

GÄCHTER, S.; HERRMANN, B. Reciprocity, culture, and human cooperation: Previous insights and a new cross-cultural experiment. **Philosophical transactions of the Royal Society of London. Series B, Biological sciences**, v. 364, p. 791–806, 03 2009.

GÄCHTER, S.; HERRMANN, B.; THÖNI, C. Trust, voluntary cooperation, and socio-economic background: survey and experimental evidence. **Journal of Economic Behavior & Organization**, v. 55, n. 4, p. 505 – 531, 2004.

HANIFAN, L. J. The rural school community center. **The Annals of the American Academy of Political and Social Science**, [Sage Publications, Inc., American Academy of Political and Social Science], v. 67, p. 130–138, 1916.

HETHERINGTON, M. J. **Why Trust Matters: Declining Political Trust and the Demise of American Liberalism**. New Jersey: Princeton University Press, 2005.

HURWICZ, L. Institutions as families of game forms. **The Japanese Economic Review**, v. 47, n. 2, p. 113–132, 1996.

KNACK, S. Social capital and the quality of government: Evidence from the states. **American Journal of Political Science**, [Midwest Political Science Association, Wiley], v. 46, n. 4, p. 772–785, 2002.

KNACK, S.; KEEFER, P. Does social capital have an economic payoff? a cross-country investigation\*. **The Quarterly Journal of Economics**, v. 112, n. 4, p. 1251–1288, 1997.

LAGOS, M. A máscara sorridente da américa latina. **Opin. Publica**, v. 6, n. 1, p. 1–16, 2000.

LONG, J. S.; FREESE, J. **Regression models for categorical dependent variables using stata**. 3. ed. Texas: Stata Press, 2014.

LOPES, D. M. N. N. Para pensar a confiança e a cultura política na américa latina. **Opin. Publica**, v. 10, n. 1, p. 162–187, 2004.

MANSURI, G.; RAO, V. Community-based and -driven development: A critical review. **The World Bank Research Observer**, v. 19, p. 1–39, 03 2004.

MILL, J. S. **Utilitarianism**. Cambridge: Cambridge University Press, 2014.

MINCER, J. Investment in human capital and personal income distribution. **Journal of Political Economy**, University of Chicago Press, v. 66, n. 4, p. 281–302, 1958.

NARAYAN, D.; PRITCHETT, L. Social capital: Evidence and implications. In: DASGUPTA, P.; SERAGELDIN, I. (Org.). **Social Capital: A Multifaceted Perspective**. Washington D.C.: The World Bank, 1999. p. 269–295.

- NASCIMENTO, N. C. **A credibilidade das instituições brasileiras: Governo, Judiciário, Congresso Nacional, Polícia e Forças Armadas.** 2014. 70 f. Dissertação (Mestrado em Economia) — CAEN, Programa de Pós-Graduação em Economia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2014.
- NICLAS, B.; HENRIK, J. Free to trust: Economic freedom and social capital. *Kyklos*, v. 59, n. 2, p. 141–169, 2006.
- NORTH, D. C. **Institutions, Institutional Change, and Economic Performance.** Cambridge: Cambridge University Press, 1990.
- OECD; AMERICA, C. D. B. of L.; AMERICA, U. N. E. C. for L.; CARIBBEAN the. **Latin American Economic Outlook 2018.** [S.l.: s.n.], 2018. 256 p.
- OSTROM, E. Social capital: a fad or a fundamental concept. In: DASGUPTA, P.; SERAGELDIN, I. (Org.). **Social Capital: A Multifaceted Perspective.** Washington D.C.: The World Bank, 1999. p. 172–214.
- OSTROM, E. **Governing the Commons: The Evolution of Institutions for Collective Action.** [S.l.]: Cambridge University Press, 2015.
- OSTROM, E.; BURGER, J.; FIELD, C. B.; NORGAARD, R. B.; POLICANSKY, D. Revisiting the commons: Local lessons, global challenges. *Science*, American Association for the Advancement of Science, v. 284, n. 5412, p. 278–282, 1999.
- OSTROM, E.; GARDNER, R. Coping with asymmetries in the commons: Self-governing irrigation systems can work. *Journal of Economic Perspectives*, v. 7, n. 4, p. 93–112, December 1993.
- PORTA, R. L.; SILANES, F. Lopez-de; SHLEIFER, A.; VISHNY, R. Trust in large organization. In: DASGUPTA, P.; SERAGELDIN, I. (Org.). **Social Capital: A Multifaceted Perspective.** Washington D.C.: The World Bank, 1999. p. 310–324.
- POWER, T. J.; JAMISON, G. D. Desconfiança política na américa latina. *Opin. Publica*, v. 11, n. 1, p. 64–93, 2005.
- PUTNAM, R. D. What makes democracy work? *National Civic Review*, v. 82, n. 2, p. 101–107, 1993.
- PUTNAM, R. D. **Bowling Alone: The Collapse and Revival of American Community.** New York: Simon & Schuster, 2000.
- PUTNAM, R. D.; LEONARDI, R.; NANETTI, R. **Making Democracy Work: Civic Traditions in Modern Italy.** Princeton: Princeton University Press, 1993.
- RENNO, L. R. Confiança interpessoal e comportamento político: microfundamentos da teoria do capital social na américa latina. *Opin. Publica*, v. 7, n. 1, p. 33–59, 2001.
- SAITO, M.; KONDO, N.; AIDA, J.; KAWACHI, I.; KOYAMA, S.; OJIMA, T.; KONDO, K. Development of an instrument for community-level health related social capital among japanese older people: The jages project. *Journal of Epidemiology*, v. 27, 02 2017.
- SCHULTZ, T. W. **O capital humano: investimentos em educação e pesquisa.** Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973.

STEPHEN, T.; MARGARETT, B.; PETER, H.; RICHARD, W. Trust, public participation and environmental governance in hong kong. **Environmental Policy and Governance**, v. 19, n. 2, p. 99–114, 2009.

TABOSA, F. J. S.; MAYORGA, R. D.; AMARAL FILHO, J. do; KHAN, A. S. Análise de capital social e qualidade de vida da população rural: Um estudo de caso no município de itarema, estado do ceará. **Revista de Economia**, Editora UFPR, v. 36, n. 1, p. 49–66, 2010.

TILLMAR, M.; LINDKVIST, L. Cooperation against all odds: Finding reasons for trust where formal institutions fail. **International Sociology**, v. 22, n. 3, p. 343–366, 2007.

TURNER, J. H. The formation of social capital. In: DASGUPTA, P.; SERAGELDIN, I. (Org.). **Social Capital: A Multifaceted Perspective**. Washington D.C.: The World Bank, 1999. p. 94–146.

TURNER, J. H. **Theoretical Principles of Sociology, Volume 1: Macrodynamics**. 1. ed. New York: Springer-Verlag, 2010.

WOOLCOCK, M.; NARAYAN, D. Social capital: Implications for development theory, research, and policy. **World Bank Research Observer**, v. 15, p. 225–49, 02 2000.

## APÊNDICE A – CONFIANÇA NO CONGRESSO - ESTIMAÇÕES COMPLETAS

Quadro 1 – Efeitos marginais após estimação do modelo *logit* -  
Congresso Nacional 2008 - Estimação Completa

Variáveis	Não Confia		Confia em Parte		Confia Muito	
	dy/dx	P> z	dy/dx	P> z	dy/dx	P> z
Idade	-0,0004	0,395	0,0003	0,395	0,0009	0,396
Escolaridade						
Ens Fund Incomp	0,0326	0,265	-0,0249	0,26	-0,0077	0,282
Ens Fund Comp	0,0379	0,313	-0,0290	0,312	-0,0089	0,317
Ens Medio Incomp	0,0716	0,02	-0,0555	0,018	-0,0161	0,03
Ens Medio Comp	0,0197	0,527	-0,01499	0,525	-0,0047	0,534
Ens Sup Incomp	0,0351	0,316	-0,0268	0,313	-0,0083	0,324
Ens Sup Comp	0,0463	0,18	-0,0356	0,177	-0,0108	0,19
Situação Ocupacional						
Assalariado	-0,0091	0,549	0,0071	0,549	0,0020	0,549
Temporariamente não trabalha	-0,0045	0,856	0,0035	0,856	0,0009	0,857
Aposentado/Pensionista	-0,0357	0,142	0,0275	0,139	0,0082	0,154
Não trabalha/responsável pelas compras e tr..	-0,0060	0,733	0,0047	0,733	0,0013	0,734
Estudante	-0,0272	0,311	0,0210	0,307	0,0062	0,323
Estado Civil						
Casado/companheiro	-0,0037	0,802	0,0029	0,802	0,000841	0,802
Separado/Divorciado/Viúvo	0,0344	0,107	-0,0269	0,108	-0,0074	0,104
Religião						
Católico	0,0360	0,046	-0,0277	0,044	-0,0083	0,054
Evangélico	0,02837	0,245	-0,0218	0,246	-0,0066	0,245
Mov Restaurador	0,1130	0,023	-0,0893	0,027	-0,0237	0,012
Outras Religiões	0,0233	0,601	-0,0178	0,604	-0,0055	0,593
Agnóstico	-0,0521	0,303	0,0386	0,293	0,0135	0,331
Ateu	0,0307	0,541	-0,0236	0,545	-0,0071	0,528
Sexo						
Mulher	0,0219	0,081	-0,0170	0,081	-0,0049	0,082
Raça						
Negro	0,0540	0,053	-0,0417	0,057	-0,0123	0,041
Mestiço	0,0892	0	-0,0698	0	-0,0194	0
Indígena	0,0813	0,003	-0,0634	0,003	-0,0179	0,001
Outras Etnias	-0,0065	0,795	0,0049	0,794	0,0016	0,796

Nota – Mudança das variáveis *dummy* de 0 para 1

Nota – Elaboração do autor.

Quadro 2 – Efeitos marginais após estimação do modelo *logit* -  
Congresso Nacional 2013 - Estimação Completa

Variáveis	Não Confia		Confia em Parte		Confia Muito	
	dy/dx	P> z	dy/dx	P> z	dy/dx	P> z
Idade	-0,0009	0,068	0,0005	0,068	0,0004	0,069
Escolaridade						
Ens Fund Incomp	-0,0845	0,014	0,0497	0,02	0,0347	0,008
Ens Fund Comp	-0,1007	0,017	0,0584	0,019	0,0423	0,016
Ens Medio Incomp	-0,0087	0,809	0,0054	0,81	0,0032	0,808
Ens Medio Comp	-0,0913	0,009	0,0534	0,014	0,0379	0,005
Ens Sup Incomp	-0,1335	0,001	0,0749	0,001	0,0585	0
Ens Sup Comp	-0,1139	0,003	0,0652	0,005	0,0487	0,002
Situação Ocupacional						
Assalariado	-0,0107	0,465	0,0059	0,465	0,0048	0,466
Temporariamente não trabalha	0,0046	0,867	-0,0026	0,867	-0,0020	0,867
Aposentado/Pensionista	-0,0428	0,067	0,0227	0,059	0,0201	0,077
Não trabalha/responsável pelas compras e tr..	0,0156	0,38	-0,0088	0,382	-0,0068	0,377
Estudante	-0,0130	0,617	0,0071	0,614	0,0059	0,621
Estado Civil						
Casado/companheiro	-0,0223	0,119	0,0123	0,122	0,0100	0,115
Separado/Divorciado/Viúvo	-0,0020	0,923	0,0011	0,923	0,0009	0,923
Religião						
Católico	0,0052	0,762	-0,0029	0,761	-0,0023	0,763
Evangélico	0,0093	0,677	-0,0051	0,677	-0,0041	0,677
Mov Restaurador	0,0231	0,678	-0,0129	0,683	-0,0101	0,671
Outras Religiões	0,0006	0,988	-0,0003	0,988	-0,0002	0,988
Agnóstico	-0,1215	0,005	0,0568	0,001	0,0648	0,014
Ateu	-0,1486	0,001	0,0661	0	0,0825	0,005
Sexo						
Mulher	0,0296	0,016	-0,0162	0,016	-0,0134	0,016
Raça						
Negro	-0,0040	0,883	0,0022	0,882	0,0017	0,883
Mestiço	-0,0193	0,118	0,0104	0,118	0,0088	0,119
Indígena	0,0138	0,651	-0,0077	0,655	-0,0060	0,646
Outras Etnias	0,0240	0,337	-0,0136	0,345	-0,0103	0,326

Nota – Mudança das variáveis *dummy* de 0 para 1

Nota – Elaboração do autor.

Quadro 3 – Efeitos marginais após estimação do modelo *logit* -  
Congresso Nacional 2015 - Estimação Completa

Variáveis	Não Confia		Confia em Parte		Confia Muito	
	dy/dx	P> z	dy/dx	P> z	dy/dx	P> z
Idade	-0,0009	0,032	0,0007	0,032	0,0002	0,033
Escolaridade						
Ens Fund Incomp	-0,0244	0,467	0,0186	0,47	0,0057	0,457
Ens Fund Comp	-0,0316	0,416	0,0240	0,419	0,0075	0,411
Ens Medio Incomp	-0,0145	0,678	0,0111	0,68	0,0034	0,675
Ens Medio Comp	-0,0111	0,743	0,0085	0,744	0,0026	0,74
Ens Sup Incomp	-0,0693	0,065	0,0520	0,069	0,0174	0,056
Ens Sup Comp	-0,0016	0,965	0,0012	0,965	0,0003	0,965
Situação Ocupacional						
Assalariado	-0,0345	0,015	0,0263	0,015	0,0083	0,015
Temporariamente não trabalha	0,0536	0,013	-0,0420	0,014	-0,01158	0,011
Aposentado/Pensionista	-0,0795	0	0,0595	0	0,0201	0,001
Não trabalha/responsável pelas compras e tr..	-0,0011	0,948	0,0008	0,948	0,0003	0,948
Estudante	-0,0296	0,233	0,0225	0,229	0,0070	0,244
Estado Civil						
Casado/companheiro	0,0065	0,623	-0,0049	0,622	-0,0016	0,624
Separado/Divorciado/Viúvo	0,0146	0,429	-0,0111	0,43	-0,0035	0,428
Religião						
Católico	0,0135	0,378	-0,0102	0,377	-0,0033	0,383
Evangélico	0,0213	0,276	-0,0162	0,276	-0,0051	0,277
Mov Restaurador	-0,0394	0,449	0,0292	0,442	0,0102	0,468
Outras Religiões	0,0146	0,725	-0,0107	0,726	-0,0034	0,722
Agnóstico	-0,0683	0,109	0,0500	0,1	0,0183	0,136
Ateu	-0,1259	0,008	0,0895	0,005	0,0364	0,021
Sexo						
Mulher	-0,0123	0,28	0,0093	0,28	0,0030	0,28
Raça						
Negro	0,0357	0,177	-0,0268	0,182	-0,0089	0,164
Mestiço	0,0582	0	-0,0441	0	-0,0141	0
Indígena	0,0706	0,012	-0,0537	0,014	-0,0169	0,007
Outras Etnias	0,0640	0,003	-0,0486	0,003	-0,0154	0,002

Nota – Mudança das variáveis *dummy* de 0 para 1

Nota – Elaboração do autor.

## APÊNDICE B – CONFIANÇA NO PODER JUDICIÁRIO - ESTIMAÇÕES COMPLETAS

Quadro 4 – Efeitos marginais após estimação do modelo *logit* -  
Poder Judiciário 2008 - Estimação Completa

Variáveis	Não Confia		Confia em Parte		Confia Muito	
	dy/dx	P> z	dy/dx	P> z	dy/dx	P> z
Idade	-0,0004	0,428	0,0003	0,428	0,0001	0,429
Escolaridade						
Ens Fund Incomp	-0,0328	0,241	0,0256	0,245	0,0072	0,227
Ens Fund Comp	-0,0052	0,885	0,0041	0,885	0,0011	0,885
Ens Medio Incomp	-0,0424	0,153	0,0330	0,157	0,0094	0,141
Ens Medio Comp	-0,0328	0,27	0,0256	0,273	0,0072	0,259
Ens Sup Incomp	-0,0086	0,797	0,0067	0,797	0,0018	0,796
Ens Sup Comp	-0,0522	0,118	0,0405	0,12	0,0117	0,114
Situação Ocupacional						
Assalariado	-0,0397	0,008	0,0306	0,008	0,0091	0,009
Temporariamente não trabalha	0,0134	0,579	-0,0106	0,58	-0,0029	0,575
Aposentado/Pensionista	-0,0259	0,28	0,0200	0,277	0,0058	0,29
Não trabalha/responsável pelas compras e tr..	-0,0010	0,954	0,0008	0,954	0,0002	0,954
Estudante	-0,0420	0,114	0,0324	0,111	0,0096	0,129
Estado Civil						
Casado/companheiro	0,0014	0,925	-0,0011	0,925	-0,0003	0,925
Separado/Divorciado/Viúvo	0,0382	0,069	-0,0298	0,07	-0,0084	0,067
Religião						
Católico	0,0394	0,028	-0,0303	0,026	-0,0092	0,034
Evangélico	0,0223	0,358	-0,0170	0,359	-0,0053	0,358
Mov Restaurador	0,0932	0,062	-0,0729	0,068	-0,0204	0,043
Outras Religiões	-0,0089	0,842	0,0067	0,841	0,0022	0,843
Agnóstico	-0,0645	0,198	0,0473	0,187	0,0172	0,231
Ateu	0,0394	0,424	-0,0302	0,429	-0,0092	0,406
Sexo						
Mulher	0,0052	0,672	-0,0040	0,672	-0,0012	0,672
Raça						
Negro	0,0057	0,842	-0,0043	0,842	-0,0014	0,841
Mestiço	0,0955	0	-0,0748	0	-0,0206	0
Indígena	0,0831	0,002	-0,0649	0,002	-0,0182	0,001
Outras Etnias	-0,0558	0,028	0,0413	0,025	0,0146	0,039

Nota – Mudança das variáveis *dummy* de 0 para 1

Nota – Elaboração do autor.

Quadro 5 – Efeitos marginais após estimação do modelo *logit* -  
Poder Judiciário 2013 - Estimação Completa

Variáveis	Não Confia		Confia em Parte		Confia Muito	
	dy/dx	P> z	dy/dx	P> z	dy/dx	P> z
Idade	0,0012	0,013	-0,0008	0,013	-0,0003	0,013
Escolaridade						
Ens Fund Incomp	-0,0584	0,083	0,0416	0,09	0,0168	0,067
Ens Fund Comp	-0,0470	0,254	0,0336	0,256	0,0133	0,249
Ens Medio Incomp	0,0139	0,69	-0,0102	0,688	-0,0037	0,693
Ens Medio Comp	-0,0330	0,336	0,0238	0,342	0,0092	0,322
Ens Sup Incomp	-0,09393	0,014	0,065655	0,016	0,0283	0,011
Ens Sup Comp	-0,0726	0,055	0,0513	0,059	0,0213	0,047
Situação Ocupacional						
Assalariado	-0,0293	0,039	0,0208	0,039	0,0084	0,04
Temporariamente não trabalha	-0,0350	0,19	0,0248	0,185	0,0102	0,204
Aposentado/Pensionista	-0,1099	0	0,0748	0	0,0351	0
Não trabalha/responsável pelas compras e tr..	-0,0061	0,716	0,0044	0,716	0,0017	0,717
Estudante	-0,0270	0,28	0,01922	0,276	0,0078	0,291
Estado Civil						
Casado/companheiro	-0,0220	0,108	0,0156	0,11	0,0064	0,107
Separado/Divorciado/Viúvo	-0,0511	0,014	0,0356	0,013	0,0154	0,017
Religião						
Católico	-0,0070	0,674	0,0050	0,675	0,0020	0,673
Evangélico	-0,0406	0,06	0,0283	0,06	0,0123	0,061
Mov Restaurador	-0,0040	0,942	0,0028	0,942	0,0012	0,942
Outras Religiões	0,0095	0,819	-0,0068	0,819	-0,0027	0,817
Agnóstico	-0,0886	0,043	0,0600	0,035	0,0286	0,064
Ateu	-0,0568	0,219	0,0392	0,208	0,0176	0,246
Sexo						
Mulher	-0,0054	0,648	0,0038	0,648	0,0016	0,648
Raça						
Negro	0,0027	0,922	-0,0018	0,922	-0,0008	0,921
Mestiço	0,0433	0	-0,0305	0	-0,0129	0
Indígena	0,0962	0,001	-0,0693	0,001	-0,0270	0
Outras Etnias	0,0119	0,628	-0,0082	0,63	-0,0037	0,625

Nota – Mudança das variáveis *dummy* de 0 para 1

Nota – Elaboração do autor.



Quadro 6 – Efeitos marginais após estimação do modelo *logit* -  
Poder Judiciário 2015 - Estimação Completa

Variáveis	Não Confia		Confia em Parte		Confia Muito	
	dy/dx	P> z	dy/dx	P> z	dy/dx	P> z
Idade	-0,0009	0,647	0,0002	0,647	0	0,647
Escolaridade						
Ens Fund Incomp	-0,0244	0,411	0,0212	0,415	0,0074	0,398
Ens Fund Comp	-0,0316	0,376	0,0262	0,379	0,0092	0,369
Ens Medio Incomp	-0,0146	0,999	0	0,999	0	0,999
Ens Medio Comp	-0,0112	0,852	0,0049	0,853	0,0017	0,851
Ens Sup Incomp	-0,0693	0,023	0,0636	0,026	0,0245	0,017
Ens Sup Comp	-0,0016	0,349	0,0266	0,353	0,0094	0,338
Situação Ocupacional						
Assalariado	-0,0346	0,096	0,0179	0,097	0,0064	0,097
Temporariamente não trabalha	0,0536	0,027	-0,0382	0,028	-0,0121	0,023
Aposentado/Pensionista	-0,0795	0	0,0640	0	0,0256	0
Não trabalha/responsável pelas compras e tr..	-0,0011	0,604	-0,0068	0,604	-0,0023	0,603
Estudante	-0,0296	0,768	0,0054	0,768	0,0019	0,769
Estado Civil						
Casado/companheiro	0,0065	0,205	-0,0126	0,204	-0,0047	0,209
Separado/Divorciado/Viúvo	0,0146	0,023	-0,0321	0,023	-0,0114	0,022
Religião						
Católico	0,0135	0,403	-0,0097	0,401	-0,0035	0,408
Evangélico	0,0213	0,514	-0,0097	0,514	-0,0035	0,514
Mov Restaurador	-0,0394	0,354	0,0355	0,344	0,0142	0,381
Outras Religiões	0,0141	0,074	0,0546	0,064	0,0230	0,1
Agnóstico	-0,0683	0,178	0,0407	0,168	0,0165	0,205
Ateu	-0,1259	0,051	0,0667	0,04	0,0291	0,08
Sexo						
Mulher	-0,0123	0,385	0,0075	0,385	0,0027	0,385
Raça						
Negro	0,0357	0,416	-0,0160	0,42	-0,0060	0,406
Mestiço	0,0582	0	-0,0376	0	-0,0135	0
Indígena	0,0706	0,196	-0,0279	0,202	-0,0102	0,18
Outras Etnias	0,0640	0,411	-0,0134	0,413	-0,0051	0,403

Nota – Mudança das variáveis *dummy* de 0 para 1

Nota – Elaboração do autor.

## APÊNDICE C – AMBIENTE COOPERATIVO - ESTIMAÇÕES COMPLETAS

Quadro 7 – Efeitos marginais após estimação do modelo *logit* -  
Ambiente Cooperativo 2008 - Estimação Completa

Variáveis	Não Realizaria		Já Realizou		Realizaria	
	dy/dx	P> z	dy/dx	P> z	dy/dx	P> z
Idade	-0,0013	0,003	0,0004	0,003	0,0010	0,003
Escolaridade						
Ens Fund Incomp	-0,1397	0	0,0752	0	0,0646	0
Ens Fund Comp	-0,1874	0	0,0948	0	0,0926	0
Ens Medio Incomp	-0,2660	0	0,1178	0	0,1482	0
Ens Medio Comp	-0,2579	0	0,1161	0	0,1419	0
Ens Sup Incomp	-0,3764	0	0,1211	0	0,2552	0
Ens Sup Comp	-0,3977	0	0,1162	0	0,2815	0
Situação Ocupacional						
Assalariado	-0,0195	0,169	0,0049	0,171	0,0146	0,17
Temporariamente não trabalha	-0,0307	0,183	0,0073	0,144	0,0234	0,196
Aposentado/Pensionista	-0,0181	0,424	0,0045	0,401	0,0136	0,431
Não trabalha/responsável pelas compras e tr.,	0,0575	0,001	-0,0188	0,001	-0,0387	0,001
Estudante	-0,0152	0,526	0,0039	0,509	0,0113	0,532
Estado Civil						
Casado/companheiro	-0,0545	0	0,0157	0	0,0388	0
Separado/Divorciado/Viúvo	-0,0477	0,692	0,0141	0,016	0,0336	0,024
Religião						
Católico	0,0641	0	-0,0142	0	-0,0499	0
Evangélico	0,0741	0,001	-0,0173	0,002	-0,0569	0,001
Mov Restaurador	0,1736	0,001	-0,0570	0,018	-0,1166	0
Outras Religiões	0,0152	0,709	-0,0025	0,732	-0,0127	0,704
Agnóstico	-0,0481	0,257	0,0036	0,097	0,0445	0,287
Ateu	-0,0993	0,02	-0,0014	0,866	0,1007	0,043
Sexo						
Mulher	0,0075	0,52	-0,0020	0,521	-0,0055	0,52
Raça						
Negro	0,0002	0,995	0,0000	0,995	-0,0001	0,995
Mestiço	0,0720	0	-0,0210	0	-0,0509	0
Indígena	0,0151	0,559	-0,0035	0,582	-0,0116	0,552
Outras Etnias	-0,0211	0,332	0,0040	0,28	0,0171	0,344

Nota – Mudança das variáveis *dummy* de 0 para 1

Nota – Elaboração do autor.

Quadro 8 – Efeitos marginais após estimação do modelo *logit* -  
Ambiente Cooperativo 2015 - Estimação Completa

Variáveis	Não Realizaria		Já Realizou		Realizaria	
	dy/dx	P> z	dy/dx	P> z	dy/dx	P> z
Idade	0,0019	0	0,0001	0,001	-0,0020	0
Escolaridade						
Ens Fund Incomp	-0,0469	0,206	0,0033	0,367	0,0437	0,193
Ens Fund Comp	-0,1296	0,002	0,0012	0,76	0,1284	0,001
Ens Medio Incomp	-0,1213	0,002	0,0019	0,603	0,1193	0,001
Ens Medio Comp	-0,1248	0,001	0,0017	0,651	0,1232	0
Ens Sup Incomp	-0,0773	0,055	0,0037	0,301	0,0736	0,048
Ens Sup Comp	-0,1385	0	0,0004	0,925	0,1381	0
Situação Ocupacional						
Assalariado	-0,0177	0,192	-0,0010	0,203	0,0187	0,192
Temporariamente não trabalha	-0,0383	0,079	-0,0027	0,183	0,0411	0,085
Aposentado/Pensionista	-0,0055	0,794	-0,0002	0,805	0,0057	0,795
Não trabalha/responsável pelas compras e tr.,	0,0578	0,001	-0,0002	0,822	-0,0577	0,001
Estudante	-0,0171	0,474	-0,0009	0,542	0,0180	0,477
Estado Civil						
Casado/companheiro	-0,0125	0,329	-0,0005	0,299	0,0129	0,327
Separado/Divorciado/Viúvo	-0,0018	0,925	-0,0001	0,926	0,0018	0,925
Religião						
Católico	0,0072	0,626	0,0002	0,661	-0,0075	0,627
Evangélico	-0,0263	0,162	-0,0016	0,187	0,0279	0,162
Mov Restaurador	0,1312	0,012	-0,0071	0,313	-0,1241	0,006
Outras Religiões	-0,0897	0,014	-0,0102	0,122	0,1000	0,019
Agnóstico	-0,0651	0,085	-0,0060	0,257	0,0711	0,098
Ateu	-0,0493	0,247	-0,0039	0,429	0,0532	0,262
Sexo						
Mulher	0,0177	0,11	0,0007	0,128	-0,0185	0,11
Raça						
Negro	-0,0136	0,572	-0,0015	0,604	0,0150	0,576
Mestiço	0,0790	0	0,0025	0,001	-0,0815	0
Indígena	-0,0042	0,875	-0,0004	0,879	0,0046	0,876
Outras Etnias	0,0006	0,978	0,0001	0,977	-0,0006	0,978

Nota – Mudança das variáveis *dummy* de 0 para 1

Nota – Elaboração do autor.